

Sobre anarquismo, sexo e casamento

edição brasileira© Hedra 2021

tradução© Mariana Lins

organização© Mariana Lins

agradecimentos Acácio Augusto

edição Jorge Sallum

coedição Suzana Salama

assistência editorial Paulo Henrique Pompermaier

revisão Renier Silva

capa Lucas Kroëff

ISBN 978-65-89705-23-9

conselho editorial Adriano Scatolin,
Antonio Valverde,
Caio Gagliardi,
Jorge Sallum,
Ricardo Valle,
Tales Ab'Saber,
Tâmis Parron

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Direitos reservados em língua portuguesa somente para o Brasil

EDITORA HEDRA LTDA.
R. Fradique Coutinho, 1139 (subsolo)
05416-011 São Paulo SP Brasil
Telefone/Fax +55 11 3097 8304
editora@hedra.com.br
www.hedra.com.br

Foi feito o depósito legal.

Sobre anarquismo, sexo e casamento

Emma Goldman

Mariana Lins (*organização e tradução*)

1ª edição

hedra

São Paulo 2021

Emma Goldman (1869–1940) foi uma revolucionária anarquista de origem russa, que migrou para Rochester (EUA) em 1886. Em 1899, mudou-se para Nova York e conheceu Alexander Berkman, destacado anarquista que além de grande amigo e companheiro político foi também seu amante durante determinada época. Como grande parte dos emigrantes do leste europeu, Goldman trabalhou em uma fábrica — de roupas —, onde tomou contato com as doutrinas socialista e anarquista. Ativista dos direitos da mulher, uniu-se a Margaret Sanger na luta pelo controle de natalidade e deu palestras por todo os Estados Unidos, um dos motivos que levaram à sua perseguição constante pelos agentes do FBI. Foi presa inúmeras vezes entre 1893 e 1921, acusada de incitar rebeliões e opor-se, entre outras ações, à Primeira Guerra Mundial e ao alistamento militar. Em 1931, publica sua autobiografia e mantém intensa atividade como palestrante, além de residir nos principais países da Europa. Durante a Guerra Civil Espanhola, em 1936, apoiou ativamente os anarquistas na luta contra o fascismo. Faleceu em Toronto, Canadá, em 1940.

Sobre anarquismo, sexo e casamento trata de temas como o controle de natalidade, o puritanismo norte-americano, a repressão sexual, o amor livre, o ciúme, a prostituição, a homossexualidade, a desigualdade entre os sexos, a maternidade, a emancipação feminina, o movimento sufragista na Inglaterra e Estados Unidos e a trajetória de uma série de mulheres extraordinárias, dentre elas heroínas e mártires do movimento revolucionário russo. O contexto no qual esses textos foram escritos passou pela Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a ascensão do fascismo italiano e do nacional-socialismo na Alemanha. A condição de Goldman como russa, judia, anarquista e crítica implacável do puritanismo estadunidense à autocracia soviética, tornaram-na ainda mais vulnerável em relação ao ativismo pela condição da mulher — dos Estados Unidos à Rússia, e nos mais diferentes círculos.

Mariana Lins é doutora em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia e trabalha na interface entre filosofia, literatura, política e crítica literária, com destaque para a filosofia de Nietzsche, a literatura de Dostoiévski e o movimento populista russo da segunda metade do XIX. É autora do livro *O herói nilista e o impossível além do homem: uma investigação filosófica do romance Os demônios de Fiódor Dostoiévski*. Atualmente, é bolsista de pós-doutorado pela Universidade Federal de Sergipe, onde também atua como professora colaboradora nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia.

Sumário

Introdução	7
SOBRE ANARQUISMO, SEXO E CASAMENTO.61
Anarquia e a questão do sexo	63
Casamento	69
O que há na anarquia para as mulheres?	77
A nova mulher	83
A hipocrisia do puritanismo	85
Tráfico de mulheres	95
O sufrágio feminino	113
A tragédia da mulher emancipada	129
Casamento e amor	141
Mary Wollstonecraft	153
Causas e possível cura para o ciúme	165
Vítimas da moralidade	175
Os aspectos sociais do controle de natalidade	185
Novamente o movimento do controle de natalidade	195
O camaleônico sufrágio feminino	201
Louise Michel, uma refutação	209
Mulheres heroicas da Revolução Russa	225
As visões de Emma sobre o amor	237
A luta do feminismo não foi em vão	241
O elemento sexual da vida	245



Introdução

MARIANA LINS

Sobre anarquismo, sexo e casamento é uma coletânea de textos — publicados e não publicados —, uma entrevista e um rascunho inacabado. Nos quase quarenta anos que separam o primeiro texto, escrito em 1896, aos 27 anos, do último, de aproximadamente 1935, Goldman viajou incansáveis vezes pelos Estados Unidos, além da Europa, em diversas turnês de conferências — volta e meia, vigiadas explicitamente por bandos de policiais, quando não canceladas pelas autoridades —; organizou e participou de uma série de atividades como comícios, greves, levantamento de fundos para presos políticos, protestos e até mesmo bailes. É conhecida a anedota, relatada em sua autobiografia *Living my life*, em que ao ser repreendida por dançar, ou seja, por se permitir uma “frivolidade” que poderia manchar a reputação da causa anarquista, uma Goldman, furiosa, rebateu com a declaração de que o anarquismo, para ela, significava a concretização de um ideal: o da liberdade, do direito à autoexpressão e às coisas belas e radiantes, apesar das prisões e perseguições políticas e de tudo o mais que há de cruel e terrível neste nosso mundo. Conforme declara em um dos textos aqui traduzidos,¹ não é correto dizer que a liberdade só poderá ser alcançada com a implementação do anarquismo. Afinal, se os pais não forem eles mesmos livres, não se poderá esperar que a “nova geração” ajude a atingir o objetivo “que é o estabelecimento de uma sociedade anarquista”.

1. Conferir “Anarquia e a questão do sexo”, p. 63.

Também nesses quase quarenta anos, Goldman foi presa um sem-número de vezes, perdendo a cidadania estadunidense em 1909. Até que, em 1917, sob o clima de histeria patriótica, com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra, e de paranoia antivermelha, por conta da Revolução Bolchevique, foi acusada de violar a lei do alistamento seletivo,² promulgada pouco mais de um mês após a declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha, e que tornava obrigatório o alistamento dos homens com idade de vinte um a trinta anos. Devido aos discursos proferidos contra o alistamento, em junho daquele ano, e da tentativa de organizar uma liga contra o recrutamento obrigatório, Goldman foi considerada culpada pelo crime de conspiração, o que lhe rendeu algo em torno de um ano de prisão e, em seguida, a deportação à Rússia, em dezembro de 1919. Nascida em 1869 numa província da Lituânia, então pertencente ao Império Russo, Goldman imigrou com sua irmã Helene para os Estados Unidos em 1885, com o objetivo de se reunir com sua outra irmã, Lena, então já residente em Rochester, Nova York. Posteriormente, as três irmãs foram seguidas por seus pais.

Quando deportada à Rússia, junto a outros 237 militantes políticos imigrantes, Goldman ainda tinha fé na Revolução Russa, apesar das notícias chegadas na América da prisão de diversos anarquistas pelo governo bolchevique. Porém, ao testemunhar em primeira mão a autocracia do governo, com sua rotina de prisões e execuções não só de anarquistas, como de diversos revolucionários destacados e trabalhadores que se opunham ao partido, Goldman desiluiu-se amargamente — tentara mesmo apelar diversas vezes às autoridades bolcheviques, como Lênin e Trótski. Obteve, então, em dezembro de 1921 — juntamente a Alexander Berkman —, autorização para deixar a Rússia, sob o pretexto de representar o Museu Kropótkin numa conferência em Berlim. A partir daí, passa por diversos países, como Suécia, Alemanha, França, Espanha e Inglaterra, e concentra boa

2. *Selective Service Act*.

parte dos seus esforços na denúncia do governo bolchevique e na arrecadação de dinheiro para os prisioneiros políticos. Mesmo antes de Stalin assumir a liderança do partido, Goldman já apelava às consciências dos intelectuais de todo o mundo para que encarassem a gravidade das atrocidades políticas que ocorriam na Rússia sob o pretexto de necessidades revolucionárias. Note-se que, na época, tal acusação ao Estado Soviético, cantado e celebrado por diversos dos mais renomados intelectuais e artistas, era tanto polêmica quanto extremamente audaz. Conforme atesta em “Mulheres heroicas da revolução russa”, de 1925:

Não há opinião pública na Rússia que não seja a do partido governante, e os mártires — homens e mulheres — da Rússia revolucionária se transformaram em párias, no sentido mais amplo que pode haver. Eles não têm nada para os compensar, não podem sequer apelar à consciência do seu país, pois ela foi paralisada. Inclusive, não apenas a consciência da Rússia, mas a consciência do mundo como um todo parece silenciada. [...] diante das evidências esmagadoras da opressão e perseguição extremamente cruéis que ocorrem na Rússia, o mundo está silencioso e insensível.³

E aqui, é inevitável destacar, da perspectiva atual, a qualidade dolorosamente profética de uma outra declaração sua, do mesmo texto: “Os novos autocratas da Rússia desacreditaram os ideais do socialismo e macularam a honra dos seus grandes expoentes”.

GOLDMAN HEROICA

No mesmo ano em que escreve o seu “Mulheres heroicas da revolução russa”, Goldman, que então vivia na Inglaterra, casa-se com o escocês James Colton, um mineiro e anarquista, com o intuito de conseguir a cidadania britânica e, assim, livrar-se do perigo de ser extraditada para a União Soviética, além de poder atravessar as fronteiras com liberdade e segurança. Essa moeda de troca entre matrimônio e cidadania, ainda que sob condições

3. Conferir p. 235 desta edição.

outras, já havia sido vivenciada por Goldman no primeiro casamento, posto que até 1922 a cidadania estadunidense de uma mulher dependia da cidadania do seu pai ou marido. Em 1887, casara-se com o cidadão norte-americano, nascido na Ucrânia, Jacob Kersner, numa cerimônia judaica tradicional. Divorciou-se no mesmo ano para se casar novamente com ele pouco tempo depois (deprimido, Kersner havia tentado suicídio), separando-se logo em seguida, algo em torno de três meses. Como não se divorciariam da segunda vez, Goldman garantiu a cidadania estadunidense até 1909, quando a cidadania do próprio Kersner foi revogada postumamente — uma clara atitude de perseguição política à anarquista, que ao perder sua cidadania já não podia, dentre outras limitações, deixar o solo estadunidense, sob o pretexto de não lhe ser permitido retornar. Em um dos artigos aqui traduzidos, originalmente publicado em 1926 no jornal *NEA Service* de Chicago, sob o título irônico, dado pelo periódico, de “As visões de Emma sobre o amor”, Goldman foi, por assim dizer, convidada a explicar *como*, após críticas tão ferrenhas à instituição casamento, pôde vir a se casar com Colton. Ainda que de modo tergiversado, a anarquista deixa claras as suas razões:

O maior infrator da sacralidade da privacidade é o Estado. Desde a reação desencadeada pela Guerra Mundial, o Estado abandonou a maioria das suas atividades para se dedicar exclusivamente ao exercício de controle e sufocamento dos indivíduos. [...] Ninguém que seja dotado de cérebro pode persistir na crença de que o casamento é uma obra dos céus, ou que, uma vez encarnado, deve ter os seus limites estabelecidos por alguém além dos imediatamente envolvidos; que atravessam o processo com o mesmo espírito de alguém que busca tirar um passaporte ou obter um visto — para conseguir um espaço para respirar e proteger a privacidade da personalidade humana.⁴

No tempo do último texto que compõe a coletânea — o delicioso rascunho inacabado, talvez melhor designado de conjunto de notas, “O elemento sexual da vida” —, Goldman, então com algo em torno de 66 anos, vivia em Toronto, sem ter jamais ob-

4. Conferir p. 239 desta edição.

tido o direito de retornar aos Estados Unidos, salvo um visto de três meses e cheio de restrições condicionantes de 1934. Ao levarmos em conta o contexto político mundial no qual foram escritos os textos aqui dispostos, como a Primeira Guerra, a Revolução Russa, a ascensão do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão; eventos históricos que, dada a sua condição de russa, judia, anarquista e, por fim, crítica implacável — do puritanismo estadunidense à autocracia soviética —, tornavam-lhe ainda mais vulnerável, dos Estados Unidos à Rússia e nos mais diferentes círculos; enfim, ao levar tudo isso em conta, faz-se ainda mais tocante a sensibilidade com que abordou a condição da mulher, a questão do seu sexo, conforme a sua terminologia. O que não separava, em absoluto, dos contextos culturais, econômicos e políticos, embora tampouco reduzisse a questão a essas esferas. Uma sensibilidade que, conforme seus textos atestam, era acompanhada de uma coragem tão surpreendente quanto rara, verdadeiramente à altura da alcunha que lhe foi atribuída: *Suma Sacerdotisa do Anarquismo*.

A MULHER MAIS PERIGOSA DA AMÉRICA

De um lado, a coragem concretizada na vida e obra de Goldman — a coragem que, segundo Hannah Arendt, consiste numa das virtudes políticas cardeais na medida em que coloca a preocupação com a vida e com o senso de individualidade como secundários ante a liberdade e a igualdade que só podem ser conquistadas na esfera política — revela a herança indelével dos heróis do movimento populista russo, os mesmos que, segundo ela, os bolcheviques teriam traído. Uma herança que se apresenta de múltiplas maneiras: seja no seu destemor *kamikaze* de ser presa, deportada ou considerada inimiga e pária por aqueles que supostamente deveriam ser os seus pares (caso, por exemplo, das feministas sufragistas), seja na sua temerária admissão do emprego da violência como tática justificável contra a opressão.

Não foram raras as ocasiões em que Goldman defendeu publicamente tentativas bem ou malsucedidas de assassinato de opressores por parte de rebeldes; caso, por exemplo, do assassinato do rei Umberto da Itália pelo anarquista Gaetano Bresci, em julho de 1900, ou da sua expressão de simpatia, eternizada no artigo “A tragédia de Buffalo”, pelo assassino do então presidente dos Estados Unidos, William McKinley, em setembro de 1901 — o estadunidense de ascendência polonesa, Leon Czolgosz, que foi preso e executado no mesmo ano. Goldman, que na época foi acusada pelas autoridades de ter inspirado o ato com seus discursos — Czolgosz se autodesignava anarquista, o que levou a uma onda antianarquista no país —, não satisfeita com o artigo de 1901, dedicou ainda a edição de outubro de 1906 do jornal do qual era editora, o *Mother Earth*, à memória do quinto ano da sua execução.

Em realidade, foi, mais de uma vez, considerada suspeita de participação na organização de atentados, embora em todas as ocasiões foi liberada por falta de evidências conclusivas. A mais dramática, certamente, ocorreu em 1891, quando foi considerada cúmplice na tentativa fracassada de assassinar Henry Clay Frick, gerente da companhia de aço *Carnegie Steel Company*. O assassinato seria uma forma de retaliação à chacina de nove trabalhadores em greve por um dos seguranças contratados pelo então gerente.

O malsucedido assassino, ninguém menos do que o destacado anarquista Alexander Berkman, foi não só o grande amigo e companheiro político de Goldman ao longo de toda a sua vida, como, na época do atentado, era também o seu amante. Apesar das incansáveis campanhas empreendidas por Goldman, ao longo de anos, pela libertação de Berkman, ele foi condenado a 22 anos de prisão: permaneceu em cárcere por 14 anos e, então, junto a Goldman, foi um dos 247 imigrantes políticos deportados dos EUA em 1919. Berkman também era lituano. Diante

disso, a declaração contida em um dos textos aqui dispostos⁵ é tudo menos retórica:

O medo de ir para cadeia pelas próprias ideias é tão forte entre os intelectuais americanos que é o que faz o movimento ser tão pálido e fraco. Eu não tenho esse medo. Minha tradição revolucionária diz que aqueles que não estão dispostos a ir para a cadeia em nome de suas ideias nunca deram muito valor a elas.⁶

Não por acaso, foi considerada pelo primeiro diretor do FBI como “a mulher mais perigosa da América”.

De outro lado, porém, essa mesma coragem, talvez porque florescida em meio à chamada primeira revolução sexual e sob os ares do novo mundo, batia no peito de uma *suma sacerdotisa* que nada tinha de casta. O que disse de Mary Wollstonecraft é possível dizer dela mesma, basta para isso um simples relance na sua biografia amorosa: Goldman era “sexualmente faminta”. Leitora voraz de Stirner e Nietzsche e de *psicólogos do sexo*, como Freud e Havelock Ellis, para citar apenas algumas das suas inúmeras referências, amava dançar, viver, os amigos, a alegria, o cuidado, o prazer. A causa não se dava em nome de um princípio frio e abstrato de liberdade. A sua coragem tinha como *ânima* o ideal, sempre necessário, de que homens e mulheres podem e devem ser livres para amar uns aos outros da forma que desejam. Somente assim estarão livres para amar e cuidar das suas crianças de modo que elas possam desenvolver a plenitude dos seus seres individuais em harmonia com a coletividade. Pois para Goldman, a liberdade é acima de tudo doar-se sem reservas, é amar e ser amado. Não há amor que não seja livre, da mesma forma que não pode haver emancipação sem amor.

Que tenha sido chamada de superficial por militar em nome de algo tão simples, ao mesmo tempo utópico, porque supostamente impossível, é talvez prova de um entendimento superficial,

5. “Os aspectos sociais do controle de natalidade”, à p. 185.

6. Ver p. ???. Para uma cronologia completa da sua vida, ver: Candance Falk (ed.). *Emma Goldman: A Guide to Her Life and Documentary Sources*. Alexandria, VA: Chadwyck-Healey Inc., 1995.

ainda que possa ser sofisticado, do que é verdadeiramente capaz de nos satisfazer e alegrar no breve período em que somos incendiados pelo sopro da vida. Veja, nesse sentido, com que simplicidade descreve o problema cuja solução consiste, se não para todos, certamente para muitos, no mais caro e profundo anseio:

A paz e harmonia entre os sexos e entre os indivíduos como um todo não dependem necessariamente de um nivelamento superficial dos seres humanos; como tampouco exigem a eliminação dos traços individuais e das peculiaridades. O problema que nos confronta atualmente, e que o futuro próximo precisa resolver, é o de como ser si mesmo e, ainda assim, estar em unidade com os outros, o de como se sentir profundamente ligado a todos os seres humanos e, ainda assim, reter as próprias características individuais.⁷

Os textos aqui dispostos versam sobre os temas do casamento e do sexo sob a perspectiva dessa implacável anarquista, o que abrange uma série de subtemas como: controle de natalidade, puritanismo norte-americano, repressão sexual, amor livre, ciúme, prostituição, homossexualidade, desigualdade entre os sexos, maternidade, emancipação feminina, o movimento sufragista na Inglaterra e Estados Unidos e a trajetória de uma série de mulheres extraordinárias — Mary Wollstonecraft, Louise Michel e algumas das heroínas e mártires do movimento revolucionário russo, dentre as quais se destaca Maria Spiridonova.

A MULHER SEGUNDO EMMA GOLDMAN

Não é por acaso, por gosto, inclinação ou por alguma espécie de *birra* que, na abordagem de Goldman sobre a questão do *seu sexo*, o tema do casamento ocupe lugar central. Pensar a mulher implica necessariamente pensar o casamento — e curiosamente, apenas por consequência, a maternidade. Mas o mesmo não se aplica ao homem.

7. “O sufrágio feminino”, ver p. 129.

Conforme a história do pensamento ocidental parece atestar, salvo talvez nas últimas décadas, pensar o homem prescinde da reflexão sobre o casamento ou a paternidade. A necessidade da relação entre os temas do casamento e da condição feminina não se deve, porém, a alguma provável natureza intrínseca da mulher, a um suposto conjunto de *virtudes maritais* como se oriundas do útero; ou tampouco a alguma espécie de destinação espiritualmente predeterminada ao amor incondicional que render-lhe-ia, quando bem-sucedida, o posto máximo de “rainha do lar”. Para Goldman, o casamento nada tem de natural, na mesma medida em que nada tem de espiritual ou de comum ao amor. Se pensar a questão do sexo feminino implica necessariamente pensar o casamento, isso se dá pelo fato de que o casamento foi, ao longo de eras, o meio principal, quando não o único, de a mulher alcançar alguma seguridade material e social, quando não, no melhor dos casos, a ascensão econômica.

A consequência de tal *empregabilidade* mercantil do amor e do próprio corpo é *trágica*, como atestam os textos a seguir, porque abrange a totalidade da mulher, não é particular ou acidental. Ao contrário: passa a dizer respeito ao seu *espírito*. Com a degradação à condição de mercadoria sexual (cujo fim seria proporcionar prazer sexual ao homem e/ou procriar), tudo aquilo que é considerado belo e elevado numa personalidade, como a honra, a inteligência, a profundidade e mesmo a utilidade, torna-se, quando *na mulher*, mero acidente de uma condição preponderantemente *sexual*. E, portanto, um conjunto de atributos dispensáveis, quando não indesejáveis e, em casos extremos, *extirpáveis*.

Extirpação para a qual, em não raros momentos da história, foram fabricados e utilizados diversos instrumentos de tortura, que, embora já não sejam vistos por aí no seu sentido *stricto*, continuam, segundo a denúncia reiterada nos textos de Goldman, a dominar as mentes e corações no sentido *lato* — no caso dos estadunidenses de então, pela via puritana do protestantismo, herdada dos ingleses. “A hipocrisia do puritanismo”, por exemplo, traz à memória os Estados Unidos da segunda metade do século

xvii, em que Boston e Salem rivalizavam em crueldade nas perseguições às “opiniões religiosas não autorizadas”, perseguições que vitimaram sobretudo mulheres — lembremos que o episódio mais afamado de tais perseguições ficou conhecido como o *juízo das bruxas de Salem*. Episódio extremo, mas do qual Goldman encontrava os ecos na política estadunidense de então, especialmente encarnados na figura do político Anthony Comstock (1844–1915), principal arquiteto dos mecanismos de censura estatais que iam das obras de arte à correspondência privada. Ora, não há novidade alguma em dizer que as mulheres foram, em geral, os objetos preferenciais dos instrumentos de tortura, ao menos quando utilizados em nome da moralidade, sob a escusa de colocá-las de volta ao eixo.

Na análise da questão do *seu sexo*, Goldman atenta para o fato de que, ao longo das eras, as principais qualidades negociáveis da mulher foram a juventude e os atributos físicos, uma negociação milenar (em geral, levada a cabo por homens) que teve por consequência a redução da mulher a essas qualidades, apesar do curto tempo que uma vida é capaz de conservar tais qualidades — até porque juventude e beleza são, essas sim *por natureza*, passageiras.

Vida miserável e infeliz, posto que com o aumento do número de filhos — que aumenta o trabalho pesado, as noites sem dormir, as preocupações e, por fim, as brigas com o marido (que também se vê cada vez mais pressionado economicamente) —, logo a esposa se encontra arruinada fisicamente: sua beleza e sua saúde a abandonam. Assim, as qualidades que garantiam à mulher, na melhor das hipóteses, o casamento, não tendiam a ser conservadas quando atingido o fim para o qual essas qualidades supostamente se destinavam. Quanto à alma e interioridade, completamente dispensáveis, tanto antes quanto depois do casamento:

Não há necessidade de a mulher saber qualquer coisa sobre o marido, exceto a sua renda. E o que o homem precisa saber sobre a mulher que não seja se ela possui uma aparência atraente? Ainda não superamos o mito teológico de que a mulher não tem alma, que ela é um mero

apêndice do homem, feita da costela apenas para a conveniência do cavaleiro em questão [...].

Talvez a má qualidade da matéria-prima com que a mulher foi feita seja a responsável pela sua inferioridade. De qualquer forma, a mulher não tem alma — o que haveria, então, de se saber sobre ela? Além disso, quanto menos alma uma mulher tiver, mais adequada estará à condição de esposa, mais prontamente irá se deixar absorver em seu marido.⁸

Essa condição naturalizada e espiritualizada de mercadoria sexual foi garantida pela sua escamoteação e santificação sob o manto da Moralidade. Em “Vítimas da moralidade”, Goldman é extremamente direta ao expor a sua compreensão de que a moralidade e a religião estão a serviço de instituições que garantem a opressão econômica e social: “as instituições não poderiam se manter não fosse pela religião, que funciona como um escudo, e pela moralidade, que funciona como uma máscara. Isso explica o interesse que os exploradores ricos têm tanto na religião quanto na moralidade”.⁹

Através da imposição da moralidade pelas instituições religiosas como o único parâmetro verdadeiro de conduta, os mecanismos de opressão são envoltos em superstição, o que oferece àquilo que é violência, usurpação, sufocamento e perversidade a aparência de sagrado, de amor, de verdade, de tabu.

Dito de modo cru, Goldman denuncia ser esse o papel desempenhado pela igreja e pela moralidade tanto na instituição casamento quanto, de modo mais insidioso, na instituição propriedade privada:

Mesmo que todos saibam que a Propriedade é um roubo, que representa o esforço acumulado de milhões de pessoas que são desprovidas de propriedades [...]

A moralidade da propriedade estabelece que essa instituição é sagrada. Ai de quem se atrever a questionar a santidade da propriedade ou pecar contra ela!¹⁰

8. Ver “Casamento e amor”, p. 143.

9. Ver p. 178.

10. *Ibidem*.

Talvez não seja exagero dizer que, ainda hoje, talvez até mais do que nunca, a Moralidade da Propriedade continua a imperar majestosa; e como antes, a imperar mesmo entre as *pessoas progressistas* e os *trabalhadores com consciência de classe*; sem que esqueçamos os casos dos socialistas e anarquistas que, embora defendam a ideia de que a “propriedade é um roubo, ficam indignados se alguém lhes deve algo no valor de meia dúzia de alfinetes”.¹¹

Na análise de Goldman, casamento e propriedade são indissociáveis, como se duas faces de uma mesma moeda. É interessante observar que se, de um lado, Goldman coloca a instituição casamento como fundamento da propriedade privada e com isso da opressão mesma,¹² de outro lado, a própria estrutura interna do casamento é explicada via a estrutura da opressão econômica que possibilita.

Se, para a mulher, segundo sua análise, o casamento seria o “emprego” *par excellence*, cujas funções, de escopo restrito, iriam da procriação indiscriminada às atividades de cozinheira e faxineira doméstica (além do malabarismo para diminuir as despesas, apesar da contínua chegada das crianças); para o homem, o casamento possibilitaria, no seio da família, o exercício do domínio que o capitalismo, a outra “instituição paternalista”, exerce sobre ele fora do lar: “O sistema que força a mulher a vender a sua feminilidade e independência ao melhor candidato”, escreve em “Anarquia e a questão do sexo”, “é um ramo do mesmo sistema malévolos que dá a poucos o direito de viver da riqueza produzida por seus companheiros”.¹³ O resultado dessa transposição de mão dupla entre opressão externa e relações privadas não poderia ser mais infeliz. O que é ilustrado no primeiro parágrafo de “Casamento”, quando entoa um lamento ao modo dos coros trágicos:

11. Ver “A tragédia da mulher emancipada”, p. 133.

12. Ver, nesse sentido, a declaração contida em “Casamento”: “as relações conjugais [são] o fundamento da propriedade privada e, portanto, o fundamento do nosso sistema cruel e desumano”, p. 70.

13. Ver p. 65.

Quanta tristeza, miséria, humilhação; quantas lágrimas e maldições; que agonia e sofrimento essa palavra tem trazido à humanidade. Do seu nascimento até a nossa atualidade, homens e mulheres crescem sob o jugo ferrenho da instituição casamento, de modo que parece não haver nenhum alívio, nenhuma maneira de escapar dela.¹⁴

Goldman, que foi operária e, inclusive, conheceu o seu primeiro marido na fábrica, levou em conta para as suas análises as diferenças das condições em que o casamento se estabelece nas classes média e alta e nas classes trabalhadoras. Sobretudo porque às mulheres das classes trabalhadoras nunca foi estranho o trabalho fora do lar, seja na condição de criada, empregada doméstica, camponesa, datilógrafa, operária, vendedora etc. Muito antes que as mulheres das classes médias atinassem para a relação entre emancipação e mercado de trabalho, as jovens da classe trabalhadora já se encontravam doentes e exaustas da sua “independência”.

O problema é que nesses casos, a condição de trabalho, se inevitável, tendia a ser encarada pelas próprias mulheres como temporária, pronta para ser descartada ante o primeiro pretendente. Como diagnostica em “A tragédia da mulher emancipada”: “A chamada independência, que possibilita tão somente o ganho da mera subsistência, não parece tão atraente, tão ideal, a ponto de ser possível esperar que a mulher venha a sacrificar tudo por ela”.¹⁵ Ora, o que não é uma novidade hoje, tampouco o era na época: a mulher faz o mesmo trabalho que o homem e o seu salário é menor — o que numa condição de exploração extrema traz consigo, necessariamente, a miséria. Por outro lado, esse tipo de formação econômico-cultural tornava, segundo essa tão experiente ativista, “infinitamente mais difícil” organizar politicamente as mulheres do que os homens. Afinal, pergunta em “Casamento e amor”, por que lutar contra a exploração do trabalho e correr

14. Ver p. 69.

15. Ver p. 132.

riscos desnecessários, se a função suprema da mulher seria a da maternidade no interior da sacralidade do lar?

Independentemente das variações da instituição casamento nas diferentes classes, o ponto nerval é que, ao transformar a mulher numa mercadoria sexual a ser violada após o casamento, tal instituição acabou por transformar o seu ideal na sua desgraça. Nos textos aqui dispostos, Goldman repete, à exaustão, que a única diferença entre a prostituta e a mulher casada é que uma vende a si mesma “como escrava privada durante toda a vida, por uma casa ou um título”, e a outra vende a si mesma “pelo período de tempo que deseja”. Vale lembrar que na época de Goldman, embora o divórcio estivesse crescendo de modo mais do que significativo nas estatísticas,¹⁶ ainda implicava uma pesada condenação pública à mulher e seus filhos. Pois com ou sem paixão, com ou sem amor, o casamento era o único meio de subsistência sancionado social, moral e legalmente à mulher, para o qual, em contrapartida à sua respeitabilidade de esposa, deveria dar em troca muito mais do que a prostituta: a sua própria pessoa. “Quando o dinheiro, o status social, e a posição são os critérios do amor”, escreve em “Causas e possível cura para o ciúme”, “a prostituição se apresenta como inevitável, ainda que esteja coberta com o manto da legitimidade e da moralidade”. Para a anarquista, o casamento não era nada mais do que uma forma de prostituição sancionada pela Igreja e pelo Estado: “para os moralistas, a prostituição não consiste tanto no fato de que a mulher venda o seu corpo, mas, ao invés disso, que ela venda o seu corpo fora do casamento”.¹⁷

Por ter vivido uma temporada num hotel entre prostitutas, além das experiências, longas e curtas, nas cadeias e presídios, Goldman sabia muito bem das condições de exploração em que elas viviam, cerceadas pelos *cadetes* (uma subcategoria de cafetão), pelos policiais, pela clientela, Igreja, opinião pública e o que

16. Ver os dados expostos em “Casamento e amor”.

17. Ver “Tráfico de mulheres”, p. 102.

mais houvesse. Não obstante, havia também o caso das jovens que, eventualmente, complementavam a renda recorrendo à prostituição, para o que foi cunhado nos Estados Unidos da época o termo *grisette*. Segundo a breve e encantadora biografia escrita por Elizabeth Souza Lobo, a própria Goldman se valeu desse *recurso*. Inspirada por Sônia de *Crime e castigo*, que se prostituiu para atenuar minimamente a miséria da família, Goldman teria recorrido à prostituição para conseguir o dinheiro necessário para comprar as armas da tentativa de assassinato, mencionada acima, de Henry Clay Frick por Alexander Berkman.¹⁸ Talvez, fosse mais preciso dizer que aí Goldman teria terminado por se inspirar não só em Sônia como também em Raskólnikov... Anecdotas à parte, encontra-se nos textos a constatação nua e direta de que a causa da prostituição é a mesma que a do casamento: a exploração econômica via a questão sexual.

Valendo-se sobretudo de William W. Sanger, Goldman sentenciava a prostituição como “a consequência direta de uma remuneração desproporcional ao trabalho honesto.” A esmagadora maioria das prostitutas, segundo os estudos que relata, era formada por mulheres e garotas da classe trabalhadora. Pois a precariedade econômica retirava o então privilégio moral de esperar pelo casamento na segurança de um lar minimamente estruturado, ao passo em que as lançava ao mundo do trabalho precarizado cujos dentes foram e são mais afiados no caso da mulher. Por isso sentenciava: “o sistema industrial não possibilita à maioria das mulheres outra alternativa que não seja a da prostituição”.¹⁹

Igualmente fundamentada em estudos e estatísticas, Goldman também chamará a atenção para a relação diretamente proporcional entre o aumento da prostituição e o desenvolvimento do capitalismo com sua sociedade de massa. Pretende explicar, o mais didaticamente possível, que combater a prostituição pela

18. Elizabeth S. Lobo. *Emma Goldman: a vida como revolução*. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d.

19. Ver “Tráfico de mulheres”, p. 95.

via da moralidade ou através de leis punitivas, pior do que ser ineficaz e inútil, agrava o problema. Em vários textos aqui presentes, ela busca demonstrar que a repressão legislativa e moral dos chamados *vícios*, invariavelmente, tem como resultado o desvio do mal para vias secretas, que, sob a proteção do silêncio, multiplica os perigos para a comunidade. Caso das *cruzadas* contra o consumo e venda de bebidas alcoólicas, contra os jogos de azar e a prostituição. Posto o resultado ser sempre o mesmo: “Os jogos de azar continuam aumentando, os bares estão realizando negócios às escondidas, a prostituição está no auge, e o sistema coordenado por cafetões e cadetes se intensificou”.²⁰

Em outras palavras, a aprovação e execução de leis punitivas têm por efeito tornar ainda mais promissores os vícios que supostamente estariam sendo combatidos. Naturalmente, alguém lucra com isso. Em “Tráfico de mulheres”, Goldman relata que com a extinção dos bordéis, como estratégia legal para o combate à prostituição, o resultado foi o aumento da corrupção policial com suborno, o lançamento das jovens à violência das ruas e das delegacias, e o consequente aparecimento dos cadetes. Ela também destaca a ironia de ser a Igreja da Trindade, então, a maior proprietária de imóveis do mais famoso centro de prostituição de Nova York: o que atualiza a sua tese da correlação entre religião e prostituição, já que segundo os estudos que apresenta, a prostituição tem origem comprovadamente religiosa, o que não exclui a religião cristã, apesar da sua Virgem Maria.

Outro caso mencionado por ela, desse tipo de ocultamento moral que empurra o diabo para mais fundo no sistema, diz respeito às doenças venéreas — ainda hoje um tabu. Como disse do seu tempo, poderia ter dito do nosso: a “cegueira deliberada” imposta pela moralidade implica recusar a platitude de que “o verdadeiro método de prevenção é aquele que deixa claro para todos que ‘doenças venéreas não são uma coisa misteriosa ou terrível, não são um castigo pelos pecados da carne, alguma espécie

20. Ver “A hipocrisia do puritanismo”, p. 85.

de mal do qual se deva ter vergonha [...]; mas, sim, que são doenças comuns que podem ser tratadas e curadas’”.²¹ Certamente, teremos muito a ganhar, no caso de refletirmos seriamente sobre esse postulado de aparência tão simples, acerca do “verdadeiro método de prevenção”, quando a despeito dos avanços na medicina, as doenças venéreas não param de se multiplicar.

A QUESTÃO DO SEXO

O efeito mais pernicioso da moralidade sobre as mulheres — mais pernicioso porque primeiro, no sentido de elementar, originário —, diz respeito à repressão sexual. Seguindo as pistas de Freud e dos demais *psicólogos do sexo*, para Goldman o impulso sexual, dentre todas as forças que atuam sobre os seres humanos, é a mais importante, se não a única. O sexo é a “função biológica primária” de toda forma de “vida superior”, é a força que faz as suas marés baixarem e subirem, de modo que a ele “devemos mais do que à poesia”:²² do canto dos pássaros à música, da plumagem das aves-do-paraíso à juba do leão; das formas superiores de vida do mundo vegetal e animal à própria cultura com seus costumes não raro tolos, insensatos e injustos; tudo isso que torna “essa coisa que chamamos de cultura humana o mosaico incrível e variado que é” devemos debitar na conta do sexo.

Em outro momento dessas anotações, irá afirmar que a raiz mesma da beleza e do nosso sentido estético reside no elemento sexual, do que conclui de imediato ser também o elemento sexual a raiz da nossa sociabilidade como um todo. Amparada pelo discurso psicanalítico da época — segundo o qual a pulsão de vida seria biologicamente determinada no sentido de buscar sempre, e cada vez mais, agregar a substância viva dispersa em partículas (o que tenderia a tornar a vida cada mais complexa, variada e, no nosso caso, multicultural) —, Goldman compre-

21. Ver p. 91.

22. Ver “O elemento sexual da vida”, p. 245.

ende a sexualidade para além da busca pelo gozo propriamente dito, mas também como socialização e criatividade. O “instinto sexual é o instinto criativo”, postula; e é por espalhar “signos de atração” por toda parte, por expressar, em todo lugar e em toda instante, “essa grande necessidade de união”, transformando tudo em “indício, símbolo, lembrança, mensagem, chamado”, que essa “faculdade”, conforme escreve, “é social” e “o começo do panorama da arte”. Numa sentença: “A natureza sabe sempre mais” — e é a ela que devemos nos voltar, de modo a nos livrarmos da “doutrina profana e antinatural, iniciada pelos primeiros monges cristãos, de que o impulso sexual é o sinal de degradação do homem e a fonte da sua energia mais diabólica”.²³

A sua crítica às instituições da moralidade e da religião extrapola, portanto, os limites da denúncia do papel que exercem na escamoteação da opressão social e econômica; tais instituições atacam a vida na sua própria raiz: o elemento sexual. Nas trilhas de Nietzsche, Goldman compreende a moralidade e religião como antinaturais, como caluniadoras e sufocadoras da vida.²⁴ Por ser sempre movida pela criação que tem por fim a união, a vida, “para além da arte, para além do esteticismo”, “é representação da beleza em milhares de variações; é, de fato, o panorama gigante da eterna mudança”.

Já a “concepção de vida” do puritanismo, derivada da “ideia calvinista de que a vida é uma maldição imposta ao homem pela ira de Deus”, diz respeito, ao contrário, a uma vida idealmente “fixa e imóvel” — ideal que impõe à vida, ao ser humano animado por ela, a necessidade de penitências constantes, o repúdio a “todo impulso natural e saudável”, o abandono de toda “alegria e beleza”. A “atividade sexual” não era, portanto, para essa ativista política, algo como “um ato isolado”; mas “uma experiência generalizada que motiva e afeta a personalidade”.²⁵ Daí a sua

23. Ver p. 247.

24. Veja, nesse sentido, a oposição que estabelece, em “A hipocrisia do puritanismo”, entre vida e a concepção puritana de vida, à p. 85.

25. Ver capítulo “O elemento sexual da vida”.

famosa refutação a Kropótkin, quando ele criticou o excesso de espaço que ela, em geral, dava à discussão sobre o sexo, uma vez que, para ele, a coisa seria resolvida, por assim dizer, por uma via mais racional: “quando ela [a mulher] for intelectualmente igual ao homem e compartilhar dos seus ideais sociais, ela será tão livre quanto ele” — teria lhe dito este que, na época, já era um reverenciado anarquista.

Segundo o relato na sua autobiografia *Living my life*, a resposta não poderia ser mais surpreendente. Depois de ouvir em “crescente agitação” a explanação vagarosa e arrastada de Kropótkin, Goldman respondeu-lhe: “Concordo, camarada, que quando eu atinja a sua idade, a questão do sexo já não tenha importância para mim. Mas *agora*, trata-se de um fator de crucial importância para milhares, milhões até, de jovens”. Ainda segundo ela, um Kropótkin que, em geral, não lhe era simpático, depois dessa deu-se por vencido.

Anos depois desse encontro, Goldman parece ir ainda mais longe. Por exemplo, quando afirma ser autoevidente que o “radical completo” — já que, segundo ela, “há muitos radicais meia boca” — deve aplicar o conhecimento da centralidade e importância do sexo às suas “relações sexuais e amorosas”.²⁶

Note-se que ela traz para a pauta da necessidade de adequação entre teoria e prática — temática central à tradição revolucionária à qual reivindicava pertencer — a questão da sexualidade, do amor: o *radical completo* deve aplicar esse conhecimento que, em primeiro lugar, diz respeito às suas relações mais íntimas. Veja também quando, em “A hipocrisia do puritanismo”, ela parece inverter a equação de Kropótkin, acima colocada, ao sugerir que é mais provável que a mulher atinja a igualdade intelectual para com o homem quando *antes* for livre para vivenciar as suas paixões e sexualidade. Para fundamentar esse ponto, faz uso de Freud, quem, segundo ela, acreditava “que a inferioridade intelectual de tantas mulheres está relacionada à inibição do

26. Ver “Causas e cura possível para o ciúme”, p. 166.

pensamento imposta sobre elas com o fim da repressão sexual”. O que, por sua vez, ecoa às palavras de Mary Wollstonecraft, citadas pela própria Goldman no seu ensaio sobre a pensadora:

Regular a paixão nem sempre é uma atitude sábia. Ao contrário, talvez seja justamente essa uma das razões pela qual os homens têm um julgamento superior e maior coragem do que as mulheres: eles dão livre curso à sua grande paixão e, por perderem a si mesmos com mais frequência, ampliam as suas ideias.²⁷

Sob as bênçãos da Igreja e do Estado, a instituição casamento foi imposta como a única válvula de escape legalizada e socialmente aceita contra o *pernicioso* despertar sexual da mulher. Na ausência de outras “opções”, de um lado estaria a abstinência sexual — caso das popularmente conhecidas como *solteironas* — e, de outro, a prostituição. Pois antes da opressão econômica como causa do casamento e da prostituição, Goldman parece alocar a repressão sexual. Como se a redução da mulher à condição de mercadoria sexual exigisse, antes, a repressão sexual: “Seria tanto parcial, quanto extremamente superficial, considerar que o fator econômico é a única causa da prostituição”.²⁸

É fato conhecido que embora o “sexo” tenha sido o principal atributo negociável da mulher, sob a exigência da moralidade (ao menos no universo judaico-cristão) a mulher foi privada de qualquer espécie de *treinamento* ou mesmo conhecimento sobre o ofício que deveria desempenhar. “Por mais estranho que pareça”, é permitido à mulher saber “muito menos sobre a sua função como esposa e mãe do que a um artesão comum sobre o seu ofício.”²⁹

Note-se a charada através da qual a mulher foi subjugada naquilo que, para Goldman, é o mais fundamental: o elemento sexual. Pois, ao mesmo tempo em que era incutido na mulher, desde a infância, que o casamento seria o seu objetivo final —

27. Ver p. 158.

28. Ver p. 102.

29. Ver “Casamento e amor”, p. 144.

e isso de modo que “todo o seu treinamento e educação” eram “dirigidos com vistas a esse fim” —, o sexo, paradoxalmente, era-lhe um tema tabu, impuro e imoral, a ponto de ser uma indecência a simples menção à temática. Sem saber nada da “função mais importante a ser exercida na sua vida”, é natural que uma mulher não soubesse “cuidar de si mesma”, o que a tornava “uma presa fácil da prostituição ou” — o que é ainda uma realidade, conforme comprovam as nossas estatísticas em muito defasadas —, uma presa “de qualquer outra forma de relacionamento que a degrade à posição de objeto para uma gratificação meramente sexual”.³⁰

No caso das jovens, muitas vezes ainda crianças, cuja necessidade econômica privou do lar e de qualquer conforto, obrigando ao trabalho precoce nas fábricas e, portanto, a uma rotina diária ao lado de homens de todas as idades, nada mais natural que, em algum momento, terminassem por se entregar à primeira experiência sexual. Para Goldman, às jovens das classes trabalhadoras era possível uma expressão mais normal dos seus instintos físicos e, com isso, do amor:

Os rapazes e moças do povo não são moldados de modo tão inflexível pelos fatores externos, e frequentemente se lançam ao chamado do amor e da paixão, independentemente dos costumes e tradição.³¹

O problema é que a perda da virgindade “sem a sanção da Igreja”, em conjunto com a precariedade econômica e social, não raro se convertiam, para essas jovens, num “primeiro passo em direção à prostituição”. Curiosamente, porém, em relação às jovens mulheres oriundas das classes e famílias mais estruturadas, a situação é descrita por Goldman como ainda pior. Pois o “privilegio” de ter a sexualidade *protegida* na interioridade do lar paterno implicava que a jovem só poderia exercer a sua sexualidade quando encontrasse um rapaz que não apenas estivesse disposto a casar-se com ela, como também que fosse dotado do

30. Ver “Tráfico de mulheres”, p. 102.

31. Ver “Vítimas da moralidade”, p. 180.

capital considerado suficiente para sustentar a vindoura prole. Até que se conseguisse o dinheiro, o jovem casal poderia esperar muitos e cansativos anos para a sua primeira relação sexual. Embora os custos fossem aí consideravelmente desiguais — o que não é novidade para ninguém.

Aos homens, mesmo se comprometidos, era socialmente permitido o exercício da sexualidade, o que tornava a prostituição, nesse contexto, praticamente necessária à instituição casamento. No que diz respeito à jovem noiva, a ela só caberia subjugar a sua saúde, vida, paixão e desejo até que o *bom partido* em questão estivesse financeiramente apto a tomá-la como esposa. Daí o que convencionou-se chamar de *padrão duplo da moralidade* — que, então, se desdobrava em formas de educar tão completamente distintas, em hábitos e costumes condizentes a mundos tão profundamente separados, que homens e mulheres teriam sido transformados em seres, praticamente, alienígenas um ao outro, a ponto de a união amorosa entre ambos estar, como se por princípio, fadada ao fracasso.

Entre seres estranhos uns aos outros, *moralmente* divergentes um do outro em relação à sexualidade e ao amor, o desencontro sexual e afetivo não poderia ser mais absoluto. Mesmo na interioridade legalizada do casamento e do lar, dificilmente a mulher (especialmente a de classe média) poderia encontrar o prazer sexual, em geral por ter internalizado o tabu nela mesma, embora o medo de desagradar o parceiro com um comportamento julgado inadequado a uma esposa também pudesse ser a razão da sua, por assim dizer, inacessibilidade ao prazer sexual.

Não era raro que uma esposa, dada a sua educação e criação, se sentisse verdadeiramente “chocada, rechaçada, indignada para além de qualquer medida com o mais natural e saudável dos seus instintos, o sexo”.³² É nessa linha que compreenderá como “efeito do sufocamento imposto pelo tabu sexual” tanto o mito de que a mulher possui um interesse sexual menor do que o do

32. De acordo com o seu diagnóstico em “Casamento e amor”, p. 144.

homem quanto o problema, ainda hoje alarmante, da frigidez sexual entre mulheres sexualmente ativas.

De outro lado — como se invertesse o vetor —, ela escreverá que a “incompatibilidade de temperamentos” que torna tão infelizes os casamentos, especialmente com o passar dos anos, é “resultado direto da ausência de harmonia sexual”; ou, em outras palavras: “a insatisfação e os atritos surgem quando a natureza química do sexo entre marido e mulher falha em os unir harmoniosamente”³³ — uma observação interessante, inclusive para analisarmos os nossos próprios relacionamentos amorosos e sexuais. Até porque, segundo postula em “Casamento”: “onde não há igualdade não pode haver harmonia”.

Através da sua análise implacável do casamento, Goldman coloca o seu leitor (ou, no seu tempo, ouvinte) diante da história da “diferença de posição e de privilégios” entre homens e mulheres — uma diferença que, como não é novidade para ninguém, continua a ser “existente ainda hoje”. Em face de tal *afresco* de infelicidade conjugal universal, não é de admirar que tenha repetidamente negado, indo contra muitos radicais do seu tempo, a possibilidade de reformar essa instituição — fosse através da melhoria das leis matrimoniais, como, por exemplo, com a flexibilização do divórcio, fosse através da escolha de se casar livremente, isto é, sem o consentimento da igreja e da lei. Pois o problema, para ela, é que a instituição casamento é em si mesma degradante:

Não importa o quanto mude, sempre dá ao homem direito e poder sobre sua esposa, não apenas sobre o seu corpo, mas também sobre suas ações, seus desejos; na verdade, sobre a sua vida como um todo.³⁴

Daí que acuse os radicais de fazerem “concessões aos padrões morais do nosso tempo”, posto que, apesar de toda a sua crítica à Igreja, ao Estado e à propriedade privada, continuavam a vivenciar as relações sexuais e amorosas sob os parâmetros do monopólio sexual; o que seria prova tanto de “falta de coragem”

33. Ver “O elemento sexual da vida”, p. 254.

34. Ver “Casamento”, p. 70.

quanto de ausência de “energia para desafiar a opinião pública e viver a prática em sua própria vida”. Em “A nova mulher”, Goldman também critica os radicais ao constatar que, em geral, eles não desejavam que suas esposas se tornassem elas mesmas radicais, já que à mulher a posição mais confortável — mesmo para um homem supostamente emancipado de preconceitos — é a de alguém a ser protegido. E nesse ponto, vale retornar a “Casamento” e citar uma das passagens em que a semelhança com a atualidade, mais de cem anos depois, é por demais flagrante:

Vocês matraqueiam sobre a igualdade dos sexos na sociedade do futuro, mas pensam que é um mal necessário que a mulher deva sofrer no presente. Vocês dizem que a mulher é inferior e mais fraca, e ao invés de auxiliá-la a se tornar mais forte, ajudam a mantê-la numa posição degradante. Vocês exigem de nós exclusividade, mas amam a variedade de parceiras e aproveitam essa variedade sempre que têm a chance.³⁵

É fato que, anos depois, quando casou-se com Bolton em 1925, Goldman se viu em apuros ante este tipo de declaração implacável contra o casamento; caso também, por exemplo, da entrevista de 1897,³⁶ quando à pergunta do jornalista sobre se teria intenção de casar, responde de modo taxativo: “Não; eu não acredito em casamento no que diz respeito aos outros e, certamente, não sou de pregar uma coisa e fazer outra”. Se as razões oferecidas por ela no artigo de 1926, “As visões de Emma sobre o amor”, em que foi convidada a explicar essa *auto-heresia*, foram ou não suficientes — dadas inclusive as suas condições de existência na época que, vale repetir, incluíam além da origem judaica, o estigma de exilada política dos Estados Unidos e de foragida da União Soviética, estigmas potencializados pela sua incessante militância política —, é algo que aqui não será problematizado. Pois o ponto digno de relevância é que, segundo sua análise, há no casamento a convergência de uma série de mecanismos de opressão, que se confundem uns com os outros na medida

35. Ver p. 76.

36. “O que há na anarquia para as mulheres?”.

em que são indissociáveis. E mais do que isso: a própria base *sentimental* deste modo supostamente ideal de relacionamento amoroso-sexual seria, na verdade, o “maior dos males da nossa vida amorosa mutilada”.

CIÚME E AMOR LIVRE

Conforme desenvolve em “Causas e cura possível para o ciúme”, o monopólio sexual sobre o qual se fundamenta o casamento — uma clara derivação da *moralidade da propriedade* — terminou por envenenar a nossa forma mesma de amar, uma vez que o ciúme passou a se apresentar como algo “natural” ao amor. O monopólio sexual, “transmitido de geração a geração como um direito sagrado e a base da perfeição da família e do lar”, terminou por transformar o “objeto” do amor numa espécie de propriedade privada, em meio a outras propriedades privadas de outras naturezas. Nesse sentido é que a anarquista concebe o ciúme como uma espécie de *arma* sentimental “para a proteção desse direito de propriedade”. *Arma* porque o ciúme entra em cena justamente quando, com ou sem motivos, o indivíduo sente alguma ameaça ao seu monopólio sexual encarnado no seu parceiro ou parceira; *arma* porque implica “revolver os órgãos vitais” daquele quem supostamente se ama (e de si mesmo) ante o menor indício de desejo por uma outra pessoa.

Descrito por Goldman como um misto de inveja, fanatismo, posse, vontade obstinada de punição e sobretudo vaidade ferida, o ciúme em nada se relaciona com a “angústia” oriunda de “um amor perdido” ou do “fim de um caso de amor”; como tampouco é resultado do amor. Ao contrário, o ciúme é para ela “o próprio reverso do entendimento, da simpatia e dos sentimentos generosos”. É verdadeiramente surpreende a sua compreensão de que, na maioria dos casos, a virulência do ciúme é tanto maior quanto menor for o amor e a paixão. “O aspecto grotesco desse assunto todo é que homens e mulheres normalmente se tornam violentamente ciumentos com pessoas que, na realidade, não

lhes importam muito”.³⁷ Que “a maioria das pessoas” continue a viver perto uma da outra, embora tenha, há muito, “cessado de viver uma com a outra” — esse, e não o amor, é para Goldman o solo “fértil” ao ciúme.

Certamente, um dos ensinamentos mais comoventes do presente livro é o truísmo de que numa relação amorosa não pode haver algo como conquistadores e conquistados, dominadores e dominados, pois o amor é em si mesmo livre e “não pode viver em outra atmosfera”. “Amor livre?” — pergunta em “Casamento e amor” — “Como se o amor pudesse não ser livre!” Não há dinheiro que possa comprar o amor, não há força que seja capaz de subjugar-lo, não há lei ou punição que possa arrancá-lo quando tenha criado raízes.

É interessante observar que Goldman traz para a relação amorosa mais íntima um tipo de radicalidade que, em certo sentido, constituiu o cerne do espírito revolucionário populista, para o qual a noção moderna de liberdade — que, em alguma medida, opõe-se à igualdade — nada mais é do que egoísmo e mesquinhez. Em vez da liberdade como autossobrerania e direito à propriedade privada, os populistas a compreenderam como a necessidade de se estar disposto ao autossacrifício em nome da liberdade mesma, que uma vez que diga respeito ao todo, não pode estar limitada a algo tão cerceado quanto a propriedade privada.

Nesse sentido, veja a sua definição de “amor” dada na entrevista “O que há na anarquia para as mulheres?”: amar é o “desejo irresistível de fazer bem à pessoa, até diante do sacrifício de desejos pessoais”; como se nessa doação mesma estivesse a possibilidade de finalmente nos transfigurarmos em nós mesmos. Ou ainda, o que anos depois irá afirmar em “A tragédia da mulher emancipada”: “Uma concepção verdadeira da relação entre os sexos [...] conhecerá apenas uma grande coisa: doar-se sem limites, a fim de encontrar um eu mais rico, profundo, melhor”.³⁸ Que

37. Ver “Causas e cura possível para o ciúme”, p. 170.

38. Ver p. 139.

isso só possa acontecer em relação a uma única pessoa ao longo de toda uma vida, ou mesmo em relação a uma única pessoa por vez, não faz sentido algum na concepção exposta por Goldman. Pois o amor e a sexualidade, assim como a liberdade, a criatividade e a sociabilidade, encontram, pela sua própria natureza, expressões variadas, múltiplas e mutáveis. Cada “caso de amor”, escreve em “Causas e cura possível para o ciúme”, é “independente, diferente de qualquer outro”, está profundamente relacionado com “as características físicas e psíquicas” dos envolvidos.

Daí a sua pergunta retórica ao jornalista, na entrevista citada acima: se uma pessoa encontrar as “mesmas características que lhe fascinam em diferentes pessoas”, “o que poderia lhe impedir de amar essas mesmas características em diferentes pessoas?” Aqui, porém, não há receita: a própria natureza da relação amorosa impõe que seja um assunto concernente, de modo exclusivo, aos envolvidos. Que tenhamos compreendido a mais alta realização do amor a partir do ideal do monopólio sexual encarnado na instituição casamento revela, para Goldman, o “nosso estado atual de pigmeus”.

Se a radicalidade revolucionária é trazida para o âmbito das relações amorosas privadas e íntimas, a sua defesa do amor livre ultrapassa a esfera mesma das relações privadas, da satisfação exclusivamente sexual — o que talvez vá de encontro ao que, à primeira vista, a expressão *amor livre* possa sugerir. Não podemos esquecer, em nenhum momento, que estamos aqui diante de uma *radical*.

Para Goldman, o amor é a *ânima* que move todo aquele que anseia pela liberdade, que o faz arder e se lançar, como disse sobre as mulheres heroicas da Revolução Russa, aos “feitos mais ousados” e seguir “para a morte ou para a Sibéria” “com um sorriso nos lábios”. E aqui vale mais uma vez remetermo-nos ao texto “Casamento e amor”, no qual, *apesar do título*, o amor não é restrito ao âmbito das relações sexuais — antes o contrário. Pois o amor, segundo escreve, é o “arauto da esperança, da alegria, do êxtase”; é a força “que *desafia todas as leis*, todas as convenções”;

é o “*mais poderoso modelador do destino humano*”; é “o único alicerce criativo capaz de fazer ascender [...] a um novo mundo” — e isso, seja digno de nota, quer “dure apenas um breve lapso de tempo ou por toda eternidade”.

Sexualidade, gozo, compaixão, cuidado, delicadeza, rebeldia, amor, liberdade, coragem, ousadia, luta, criatividade, arte, revolução são potencialidades que se trespassam em seu pensamento. No comovente ensaio sobre Mary Wollstonecraft isso é ainda mais evidente. Pois ela define o *verdadeiro rebelde* como o *verdadeiro pioneiro*, como aquele que cria “ao invés de se submeter a uma forma [...] estabelecida”, como aquele que é consumido “pelo fogo da compaixão e simpatia por todo sofrimento e por todos os seus camaradas”; e muitas vezes, caso de Mary Wollstonecraft, como aquele que, para o seu próprio desespero, é portador de um *coração ingovernável* e de uma sexualidade *faminta* — dado ser a tragédia e a penalidade que acompanham todo grande espírito, a impossibilidade de receber o amor que a sua alma anseia e que, como se por transbordamento, está o tempo todo a doar.³⁹

39. Alguns estudiosos observaram que no comovente ensaio não publicado sobre Mary Wollstonecraft, Goldman estava também a falar de si mesma. E nesse ponto, como forma de ilustração e irresistível anedota, vale olhar uma das cartas escritas por Goldman ao médico e anarquista Ben Reitman. Segundo os seus biógrafos e ela mesma, o relacionamento longo e tumultuado foi marcado por uma paixão intensa e pelo seu ciúme implacável por Reitman que tinha, abertamente, vários casos amorosos — comportamento que se punha de acordo com as ideias pregadas por Goldman. Esse evento significativo da vida da escritora e ativista é interessante como pano de fundo não só para a leitura do ensaio sobre Mary Wollstonecraft, mas também, por exemplo, do texto “Causas e possível cura para o ciúme”, escrito em meio a uma das inúmeras idas e vindas atribuladas com Reitman. Eis, então, uma passagem da referida carta, tanto sensual quanto atormentada, retirada da biografia escrita por Lobo: “Vagabundo querido. Que pequenino você é, tão ingênuo, tão que nem uma criança. Realmente não deveria me zangar com você. Se ao menos não tivesse despertado a mulher em mim, a selvagem mulher primitiva, que anseia pelo amor e carinho do homem acima de tudo o mais no mundo. Tenho um grande e profundo instinto materno por você, meu bebê querido, esse instinto tem sido

MATERNIDADE

Ora, aqui, finalmente, parece surgir a pergunta: mas e a maternidade? Mesmo se não para todas as mulheres, certamente para muitas, a maternidade é sentida e concebida como a mais plena realização da doação de si, do amor. Segundo Goldman, mais do que isso, trata-se de *um desejo inato*, porque natural e fisiológico à mulher. Assim, cabe também a pergunta se não estariam os filhos melhor protegidos na interioridade do lar sob os parâmetros da instituição casamento, no seio estruturado da família. Nesse ponto, a crítica de Goldman não poderia ser mais implacável, já que, para ela, o casamento não teria feito nada além de “desonrar, ultrajar e corromper essa realização”. É verdade que, diferentemente do seu tempo, os filhos nascidos fora do casamento já não são, em geral, coroados com o epíteto de *bastardo*; como também é verdade que, diferentemente do seu

o lado redentor de nossa relação... Mas meu amor maternal é apenas uma parte de meu ser, as outras 99 partes são da mulher, a intensa, apaixonada e selvagem mulher, a quem você deu vida como nenhum outro antes de você. Acho que aí se encontra a chave de nosso sofrimento e também de nossa grande felicidade, por mais rara que seja. Amo você com uma loucura que não conhece limites, nem desculpas, nem rivais, nem paciência, nem lógica. Quero seu amor, sua paixão, sua devoção, seu carinho. Quero ser o centro de seus pensamentos, de sua vida, de cada um de seus segundos. Qualquer coisa que afasta você de mim, mesmo que por um momento, me deixa louca e torna a minha vida um perfeito inferno. É porque amo você tanto que anseio pelo seu carinho. Quero realmente que cuide de mim. Ninguém jamais cuidou, como sabe. Sempre tomei conta dos outros e fiz tudo por eles. Nunca quis que ninguém tomasse conta de mim. Mas com você desejo isso, oh tão intensamente... Estive pensando que há algo mais profundo no fato de uma mulher se agarrar ao homem que ama. É o sentimento confortador de segurança, de se ter alguma pessoa que encontra prazer em fazer você feliz e não julga nenhum esforço por você difícil demais. Nunca senti falta disso, nunca me importei com isso, nunca imaginei que pudesse vir a ter necessidade disso, até que você entrou na minha vida, até que despertou esse lado da minha natureza, esse lado da minha psicologia. Olhe, meu precioso, você deu vida a uma força que não sabe como manejar, como enfrentar, daí os conflitos, daí a falta de harmonia e paz”. Goldman *apud* Lobo, *op. cit.*, p. 51–2.

tempo em que o controle de natalidade era uma espécie de tabu, hoje gozamos não só de informações, como do acesso a muitos dos métodos contraceptivos gratuitamente, além de uma liberdade sexual incomparavelmente maior. Não obstante, parece também ser verdade que apesar da extrema relevância dessas conquistas, a *maternidade livre*, pela qual advogou sob o preço da sua liberdade individual e a daqueles quem amava, não está por isso mais próxima seja dentro ou fora do casamento tradicional — ao menos não na maioria dos casos. Conforme sentença do modo cru e direto que lhe é característico:

A beleza da maternidade, sobre a qual os poetas cantaram e escreveram, é uma farsa, e não pode ocorrer enquanto não tivermos liberdade econômica.⁴⁰

É interessante observar nos textos que se seguem que, embora de modo não sistemático, Goldman analisa as diferentes condições econômicas e sociais em que uma mulher se torna mãe. Para o caso das mães casadas que, além do trabalho doméstico, exerciam o trabalho remunerado fora do lar, ou das chamadas *mães solteiras* que tinham de prover sozinhas os seus rebentos, a situação de exploração, tal qual descreve, não poderia ser considerada mais amena. Em “Casamento e amor”, ela se remete a estatísticas que então demonstravam que 10% das trabalhadoras assalariadas de Nova York eram casadas, para, com isso, denunciar a dupla exploração à qual essas mulheres estavam submetidas, já que assomado ao trabalho do ambiente doméstico, teriam “de continuar trabalhando na condição de mão de obra mais mal paga do mundo”.

Já ao tratar do caso das mães solteiras que, segundo “Os aspectos sociais do controle de natalidade”, estariam a lotar as “lojas, fábricas e indústrias”, numa palavra, “todos os lugares, não por escolha, mas por necessidade econômica”, apesar de serem continuamente ignoradas pelos moralistas no seu louvor à maternidade, Goldman se concentra na denúncia do aborto clandestino.

40. Ver “A nova mulher”, p. 84.

Num contexto em que meras informações sobre o controle de natalidade eram expressamente proibidas por lei, às mulheres que mantivessem uma vida sexual minimamente ativa fora da instituição casamento — o que tornava absolutamente impossível o sustento de uma prole numerosa —, o aborto clandestino, via de regra, se apresentava, em face de uma gravidez acidental, como a única alternativa minimamente viável.

Em “A hipocrisia do puritanismo”, ela chama atenção para as estatísticas concernentes ao aborto nos Estados Unidos de então, que demonstrariam a proporção de 17 abortos a cada 100 gestações — uma proporção que apesar de gritante deixava transparecer apenas a ponta do iceberg do problema, dado que somente os casos mais drásticos vinham à tona, quando o aborto mal feito conduzia ao óbito ou a problemas de saúde demasiado graves para serem ignorados. Não é preciso dizer que esse tipo de consideração permanece extremamente atual, se não no que diz respeito especificamente aos Estados Unidos, onde o aborto é na atualidade legalizado, certamente ao mundo como um todo. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, por exemplo, dos 55 milhões de abortos induzidos ocorridos no mundo entre os anos de 2010 a 2014, pelo menos 45% foram realizados em condições precárias. O que remete, mais uma vez, à triste obviedade declarada por Goldman:

Em segredo e com pressa, milhares de mulheres são sacrificadas por causa de abortos realizados por médicos charlatões e parteiras ignorantes. No entanto, os poetas e os políticos louvam a maternidade. Não houve crime maior contra a mulher do que esse.⁴¹

No que diz respeito às mães com melhores salários, isto é, à minoria de mulheres que havia tido acesso ao raro privilégio de escolher a profissão e o ofício, de modo a ter o sustento garantido pelo exercício de suas faculdades superiores, Goldman traz à luz a dificuldade de conciliar uma carreira profissional bem-sucedida e a maternidade, drama mais atual do que nunca, não obstante

41. Ver “Os aspectos sociais do controle de natalidade”, p. 190.

na sua época os mecanismos de opressão para essa situação específica fossem ainda mais claros e brutais. Veja, nesse sentido, o caso mencionado em “Os aspectos sociais do controle de natalidade”. Segundo coloca, o Conselho de Educação havia então recentemente aventado a proposta de proibir professoras que se tornassem mães de continuar com seu trabalho de magistério. Goldman chama atenção para o fato de que independentemente de tal “proposta” ter sido dissuadida pela repercussão negativa na opinião pública, uma trabalhadora intelectual ao se tornar mãe “perde, ano após ano”, fatalmente, “a sua posição” — fatalidade também hoje mais atual do que nunca e, paradoxalmente, sobretudo presente nos mais altos círculos intelectuais e científicos, nos quais a emancipação de tais mecanismos de opressão e de perpetuação da desigualdade entre os sexos deveria, por princípio, ter sido mais completa.

Por outro lado, segundo o seu diagnóstico cruel em “O sufrágio feminino” — este, sim, talvez ultrapassado —, para Goldman, em geral, faltaria às mulheres a “força necessária para competir com o homem”: certamente não devido à sua natureza, mas ao próprio “treinamento” recebido pelo *seu sexo* ao longo das eras. Ao considerar a mulher intelectual e economicamente emancipada, a anarquista postula estarmos diante de uma pessoa “frequentemente forçada a exaurir toda a sua energia, a esgotar toda a sua vitalidade e sobrecarregar cada um de seus nervos de modo a atingir o valor de mercado”. Não obstante, e o que também é uma platitude hoje em dia, pouquíssimas mulheres são bem-sucedidas nessa “empreitada”, “pois é um fato que professoras, médicas, advogadas, arquitetas e engenheiras não são tratadas com a mesma confiança que os seus colegas homens, como tampouco recebem a mesma remuneração”.⁴²

Daí que a tão aclamada emancipação feminina, conforme denuncia em “A tragédia da mulher emancipada”, tenha, na prática, visto no “amor” e na “alegria da maternidade” empecilhos à sua

42. Ver p. 131.

realização, o que terminou por transformar a mulher emancipada ideal numa espécie de “profissional autômata”, que “sente profundamente a ausência da essência da vida”. Esta é a nova tragédia da mulher, atualizada pelos novos tempos.

Assim, se fosse o caso de estabelecer uma competição de desgraça ante as *opções* então cabíveis a uma mulher respeitável, a coisa não se resolveria de modo tão fácil. Pois, de um lado, na maioria dos textos que se seguem, há a sugestão de que a mãe, quando exclusivamente posta sob o pedestal de *rainha do lar*, é a mais escravizada, já que tal posição implica, como se por necessidade, estar apartada dos assuntos do mundo, quando deveria ser uma igual ao homem perante os assuntos do mundo — *deveria* ser uma igual, porque é isso “o que ela de fato é na realidade”.

Em “A tragédia da mulher emancipada”, porém, Goldman irá rememorar uma observação sua acerca da maior compatibilidade “entre a mãe à moda antiga, dona de casa — sempre atenta à felicidade dos seus filhos e ao conforto dos que amava — e a mulher verdadeiramente nova; do que entre essa última e a sua irmã emancipada com a qual nos deparamos comumente”.⁴³ Tal declaração é inexoravelmente polêmica, posto que contrapõe a *nova mulher*⁴⁴ às feministas, mulheres emancipadas do seu tempo. Como não poderia ser diferente, essa comparação lhe valeu, como ela mesma relata, a condenação “à condição de pagã, apta ao empalhamento” pelas “discípulas dessa emancipação pura e simples”. Isso porque, segundo se defende:

O fervor cego delas não permitiu que elas vissem que a minha comparação entre o antigo e o novo foi meramente para provar que boa parte das nossas avós tinham mais sangue nas veias, muito mais humor e sagacidade, e certamente uma naturalidade, amabilidade e simplicidade muito maiores do que a mulher profissional em emancipação que preenche as universidades, salas de estudo e escritórios vários. Isso

43. Ver p. 138.

44. Tema que lhe foi caro em certo período da juventude, como o texto “A nova mulher” atesta.

não significa que eu queira retornar ao passado, como tampouco estou condenando a mulher de volta à sua antiga órbita, como a cozinha e o berçário.⁴⁵

O aspecto central ressaltado através de suas múltiplas análises é que fosse qual fosse a condição da mãe em questão, o resultado era quase sempre o mesmo: logo se encontrava “incapacitada de cuidar dos filhos até mesmo no sentido mais elementar”. Segundo declara em algumas passagens dos textos a seguir, poucas mães sabem efetivamente como cuidar dos seus filhos. Via de regra, a educação dada pela mãe aos seus rebentos é moldada através da imitação da educação recebida da sua própria mãe; e “uma mãe assim educada”, escreve justamente em “A nova mulher”, “não pode ter qualquer ideia do verdadeiro conhecimento sobre como educar os filhos, isto é, sobre a profissão de educar os filhos e, desse modo, sob este sistema, ela nunca educa [...] como deveria”.

Ora, é de se pressupor aqui certa contradição com a declaração que viria a fazer futuramente, mencionada no parágrafo acima, de que a mãe à moda antiga estaria mais próxima da nova mulher do que a mulher emancipada que então se encontrava no seu tempo.

A questão talvez se resolva ao considerarmos que, para Goldman, as feministas, semelhante às religiosamente devotas mães à moda antiga, também eram escravas de deuses (ainda que secularizados). Mas, diferente das primeiras, haviam relegado a capacidade de amar e se doar ao segundo ou terceiro plano de suas vidas e, com isso, perdido a força e a coragem que o amor, a entrega e a doação de si exigem para que possam ser e vir a ser continuamente.

Independentemente, porém, de a amável mãe à moda antiga estar ou não mais próxima da nova mulher, a sua condição de escrava do marido e dos filhos tornava-a também irremediavelmente inapta à “profissão de educar filhos”, posto que, para a anarquista, e o que não é difícil concordar, a condição de escrava é

45. Ver “A tragédia da mulher emancipada”, p. 138.

“incompatível com ser uma boa mãe”. Uma vez que a repressão sexual, social e econômica não só moldou a instituição casamento, como também compôs a sua própria substância: nada mais lógico que em vez de proteger as crianças, em geral, as vulnerabilizasse. Não é uma novidade para ninguém que, em parte considerável dos casos, as crianças originadas no interior dessa instituição vêm ao mundo “em meio ao ódio e brigas domésticas”.⁴⁶

O MOVIMENTO DE CONTROLE DE NATALIDADE

Entre os anos 1914 e 1916, a anarquista desempenhou papel de grande destaque no movimento de controle de natalidade nos Estados Unidos, o que lhe possibilitou, por conta do apelo exercido pela temática — de audiência incomparavelmente maior do que a suscitada pela pauta anarquista —, praticar técnicas de desobediência civil para derrubar a lei considerada injusta.

Na presente coletânea, estão dispostos os dois textos sobre o movimento publicados por Goldman, nos quais esclarece a importância da ação direta nesse caso específico, que segundo ela teve como efeito não só educar as massas sobre a importância da pauta, como também os juizes.

Em “Novamente o movimento do controle de natalidade” — publicado apenas seis meses depois de “Os aspectos sociais do controle de natalidade”, de novembro de 1916 —, Goldman relata a história, então recente, de um juiz que havia se posicionado, em pleno julgamento, de modo favorável ao controle de natalidade, ao se deparar com o caso de uma mãe levada ao tribunal, pela segunda vez, sob a acusação de roubar comida para a sua prole miserável que não parava de crescer. “Com certeza, valeu a pena ir para a prisão já que, com isso, foi possível ensinar a um juiz a importância do controle de natalidade para as massas”, escreve.

46. Ver “O que há na anarquia para as mulheres?”.

A técnica de ação direta não violenta aí utilizada não poderia ser mais simples: consistia tão somente em estar disposto a ir para a cadeia ao se posicionar publicamente contra uma lei já compreendida por boa parte da opinião pública como injusta e opressiva.

Conforme mencionado anteriormente, na primeira metade do século xx, a mera circulação de informação sobre métodos contraceptivos era ilegal nos Estados Unidos. O movimento de controle de natalidade, ao concentrar as suas atividades na distribuição gratuita de informações à população através de panfletos e comícios, implicava de modo necessário, dada a força da lei, num sem-número de prisões e detenções de seus militantes e “simpatizantes”. No que diz respeito a Goldman, é praticamente impossível fazer as contas do número de suas detenções e prisões nos quase três anos em que esteve à frente do movimento. E a ideia era justamente essa: demonstrar a obsolescência da lei através de uma série de prisões sem o menor sentido.

Nos dois textos aqui presentes — que podem, inclusive, ser considerados documentos históricos — Goldman denuncia o Departamento de Polícia de Nova York por plantar provas e dar falsos testemunhos contra os ativistas do controle de natalidade, um tipo de “prática” que, de todo modo, não era “uma novidade no nosso Departamento de Polícia”.

De outro lado, há quem defenda que a dedicação obstinada de Goldman ao Movimento de Controle de Natalidade — que ocupou por um tempo o foco central da sua militância — foi sobretudo uma estratégia de ganhar audiência para as ideias anarquistas e para os métodos de ação direta, dado que passado o período em que desempenhou papel central, distanciou-se completamente do movimento sem quaisquer explicações. Fosse um meio ou fim em si mesmo, é inegável que a pauta do movimento de controle de natalidade se coadunava, em muitos aspectos, com as suas concepções anarquistas, e também, talvez não seja um erro dizer, com a sua própria vida, uma vez que abriu mão,

apesar do desejo reiterado de mais de um dos companheiros que teve, de ser mãe.

Ao condenar e reduzir a mulher à função de *incubadora de crianças*, a instituição casamento rendeu-lhe ainda, como um efeito colateral praticamente necessário, uma saúde arruinada, sobretudo no que diz respeito ao seu sistema reprodutivo: “Ademais, é consenso entre os médicos mais sérios que a reprodução constante da parte das mulheres resulta no que em termos leigos é chamado ‘problemas femininos’”.⁴⁷ Na sua defesa do controle de natalidade, Goldman chama a atenção para as constatações científicas e pesquisas sobre a temática e o direito das mulheres de terem acesso a essas informações e pesquisas que diziam respeito diretamente às suas próprias vidas, aos abusos sofridos contra os seus corpos.

Ela reproduz, por exemplo, a informação simples — embora, na época, inacessível a boa parte das mulheres — de que para uma reabilitação fisiológica completa seriam necessários intervalos de três a cinco anos entre as gestações; reabilitação, inclusive, que teria efeito na sua disposição física e psicológica para “cuidar melhor das crianças já existentes”.

Também toca na questão, ainda hoje polêmica e tabu — sobretudo em países com problemas sérios de desigualdade social e, por consequência, de alimentação, saneamento básico etc. —, sobre até que ponto a gestação por parte de mulheres subnutridas e doentes daria origem a crianças com deficiências físicas e/ou mentais. Um “organismo sobrecarregado e subnutrido não pode reproduzir prole saudável”, postula sem titubear. Se tal questão é ainda polêmica, ela não o é por ter sido descreditada pela ciência, mas porque encará-la implica admitir a urgência de políticas públicas que garantam, ao menos, a segurança alimentar das gestantes pobres.

Em 2004, no que diz respeito ao Brasil, a fortificação obrigatória das farinhas de trigo e milho com ácido fólico garantiu uma

47. Ver “Os aspectos sociais do controle de natalidade”, p. 188.

redução significativa nas estatísticas de certos defeitos congênitos em recém-nascidos e anemia graves nas suas mães gestantes. Embora diversas pesquisas também apontem que, em relação às camadas mais pobres, a medida não foi suficiente para liquidar esse problema tão grave e visceralmente injusto.

“Mas por qual razão a mulher exaure o seu organismo numa gravidez perpétua?” Faz a pergunta que, por sua vez, remete ao cerne da sua concepção, dado que a sua resposta é: porque a instituição casamento está a serviço da opressão econômica e social. Certamente, naquele tempo, o capitalismo e o militarismo — militarismo sem o qual, diz Goldman, o capitalismo não pode se realizar — necessitavam de uma “raça numerosa”, de uma massa excedente, o que os economistas chamavam de “margem de trabalho”:

Sob nenhuma circunstância deve a margem de trabalho ser diminuída, caso contrário a sagrada instituição conhecida como civilização capitalista será prejudicada.⁴⁸

Por detrás da neblina lançada pela idealização, moralização e santificação da maternidade, o destino da mulher — dito mais uma vez de modo cru — teria sido o de ser coagida a participar “do crime de trazer ao mundo crianças infelizes apenas para serem moídas e transformadas em pó pelas rodas do capitalismo e dilaceradas em pedaços nas trincheiras e campos de batalha”. E muito embora a mulher tenha cumprido “o seu dever mil vezes maior do que o de qualquer soldado em campo de batalha” — que é o de dar a vida em vez de tirá-la —, diferentemente dos chamados defensores da pátria, com suas hierarquias e patentes, ela nunca recebeu, para além dos louvores compostos de palavras ocas, qualquer retribuição financeira ou reconhecimento social pela tarefa em nome da qual teria sido sacrificada, individualmente, ao longo de toda sua vida, e coletivamente, ao longo das eras.

48. Ver “Os aspectos sociais do controle de natalidade”, p. 186.

É mesmo surpreendente que os problemas levantados por Goldman na pauta do controle de natalidade pareçam ainda terrivelmente atuais. Pois a prole, conforme constatou, continua a dificultar que os pais adentrem organizações se não revolucionárias, pelo menos civis ou trabalhistas; que tenham tempo, disposição física e coragem de, por exemplo, lutar ativamente por direitos, participar de greves, arriscar empregos e, em casos extremos, a vida. Um impedimento que parece ainda mais dramático no contexto atual, posto que o abandono da luta coletiva contra a opressão política e econômica em decorrência das pesadas responsabilidades e demandas que envolvem a criação dos filhos já não precisa sequer contar com uma prole numerosa.

Por outro lado, e o que é ainda mais grave, o capitalismo especulativo, com sua economia cada vez mais automatizada, necessita, cada vez menos, das massas ou, segundo a terminologia da autora, da “raça numerosa” para fazer girar as suas rodas e as do militarismo. Em outras palavras, na nossa atualidade, em que o excesso populacional atingiu limites inauditos, em que a automação *hi-tec*, seja do capitalismo ou do militarismo, parece já não ter limites, a massa como margem de trabalho se torna cada vez mais dispensável. Nesse sentido, é inevitável suspeitar, ao ler as considerações aqui dispostas sobre o movimento do controle de natalidade, que há na pauta que ela estabelece aspectos urgentes ainda hoje — sobretudo em países periféricos como o nosso.

Não é por não querer assumir responsabilidades ou por não ter a capacidade de amar os vindouros filhos, como então acusavam os moralistas, que a mulher moderna deve evitar a gravidez — o que não raro a leva a recorrer ao mais drástico dos métodos, o aborto. Antes, seria o caso de afirmar o contrário:

Com a guerra econômica a destruir todo o seu entorno, com os conflitos, a miséria, o crime, as doenças e a insanidade postas bem diante dos seus olhos, com inúmeras crianças pequenas trituradas e destruí-

das, como poderia uma mulher autoconsciente e consciente da própria humanidade vir a se tornar mãe?⁴⁹

É por possuir um senso de responsabilidade e humanidade, completamente diferente do das suas avós que a mulher moderna se vê obrigada a impor sobre si mesma a renúncia à glória da maternidade. Somente assim não terá “de dar à luz numa atmosfera em que se respira apenas destruição e morte”. Nesse sentido, veja a comovente conclusão de “Vítimas da moralidade”:

Através da sua consciência renascida como unidade, como personalidade, como construtora da raça humana, ela [a mulher] se tornará mãe apenas se desejar o filho e se puder dar à criança, mesmo antes de seu nascimento, tudo o que sua natureza e intelecto sejam capazes de alcançar: harmonia, saúde, conforto, beleza e, acima de tudo, compreensão, reverência e amor, que é o único solo verdadeiramente fértil para uma nova vida, para um novo ser.⁵⁰

A DENÚNCIA ÀS SUFRAGISTAS

Antes de adentrar os escritos a seguir, é importante ter em mente que a análise da questão do sexo tal qual desenvolvida por Goldman é, volta e meia, dura e irônica para com as próprias mulheres e, o que é pior, especialmente, para com as feministas. Em “O sufrágio feminino”, título que indica a principal pauta do movimento feminista da época, a anarquista chega ao paroxismo de concordar com a misoginia de Nietzsche, ao escrever logo na primeira página: “A máxima memorável de Nietzsche, *Quando você encontrar uma mulher, leve o chicote*, é considerada muito brutal e, no entanto, Nietzsche expressou numa frase a atitude da mulher para com os seus deuses”.⁵¹

Antes de correremos o risco de, no susto, condená-la à condição de herege da causa da mulher, como fizeram muitas feministas do seu tempo, tentemos compreender o motivo da sua irrita-

49. Ver “Vítimas da moralidade”, p. 182.

50. Ver p. 182.

51. Ver p. 113.

ção e conseguinte virulência. Goldman parece se valer de Nietzsche para fazer atentar que a mulher, independentemente do homem, já traz consigo o seu próprio chicote para chicotear-se em submissão voluntária ante os *deuses*, que podem se apresentar sob “diferentes formas e substâncias”: no seu tempo, sob a nova roupagem do sufrágio feminino. Dito mais precisamente, Goldman compreende a subordinação à Igreja, à guerra, à família, ao lar, ao Estado e, naquele momento, à causa do sufrágio, como prostração ante o mesmo deus da opressão nas suas diferentes facetas.

Ela é extremamente dura com as mulheres ao atribuir-lhes um fanatismo ainda maior do que o dos homens; e isso a ponto de afirmar que “a religião já teria deixado de ser um fator relevante na vida das pessoas, não fosse pelo apoio que recebe da mulher”. Dito resumidamente, a mulher, segundo Emma Goldman, terminou por se tornar, de um modo geral, uma “adoradora de fetiches” e, portanto, sem necessitar da intervenção direta dos homens, oferece de bom grado a si mesma em sacrifício para o benefício das “divindades” que a condenam à “vida de um ser inferior”. Mesmo que “os seus ídolos possam mudar”, escreve nietzschianamente impiedosa, a mulher “está sempre de joelhos, sempre levantando as mãos, sempre cega para o fato de que seu deus tem pés de barro”.⁵²

A crítica de Goldman às sufragistas se confunde com luta de classe: de modo mais ou menos direto, ela denuncia o elitismo ralé que caracterizava o espírito dessas *revolucionárias*. Em especial em relação às sufragistas estadunidenses, ela nos oferece o retrato de uma típica mulher branca da classe média cuja autoproclamada emancipação, de tão medíocre, só tornava mais lamentável a sua condição de submissa. Nos dois textos aqui dispostos sobre a temática, tal retrato é expresso de diferentes maneiras. Primeiro, na condenação aberta à estreiteza intelectual revelada no otimismo das sufragistas, para quem o sufrágio feminino abriria, ironiza, as portas de toda “vida, felicidade, alegria,

52. Ver p. 113.

liberdade, independência.” De acordo com o seu diagnóstico, o problema é que a “devoção cega” ao sufrágio impediu que as autodeclaradas “emancipadas” enxergassem a obviedade de que o direito ao voto “é apenas um meio de fortalecer a onipotência dos mesmos deuses” a quem servem “desde os tempos imemoriais”.

Através de relatos da experiência de diferentes países e estados norte-americanos em que o sufrágio feminino, ou mesmo a atuação direta da mulher na política, já havia sido legalizado, Goldman traz à luz a sua irrelevância no que diz respeito à melhoria das condições de vida da classe trabalhadora; inclusive, em alguns casos, como o da Austrália — país então apontado, em conjunto com a Nova Zelândia, como a “Meca do sufrágio igualitário” —, o contrário é que teria acontecido. Pois na Austrália, informa-nos, apesar do sufrágio igualitário, foram aprovadas leis trabalhistas mais rigorosas em detrimento dos trabalhadores, a ponto de greves não aprovadas por algum “comitê arbitrário” passarem a ser enquadradas como um “crime do mesmo porte que o de traição”.

O caso do sufrágio feminino então recém-instaurado no Colorado é também bastante significativo. Segundo relata, o governador Davis Waite, que teria justamente facilitado a promulgação do sufrágio feminino durante o seu governo, foi derrotado por um candidato reacionário na eleição seguinte — derrota que contou, portanto, com boa parte dos votos das mesmas mulheres que ele havia contribuído na “emancipação”. Ela também faz questão de frisar que alianças políticas entre as feministas sufragistas e as mulheres da classe trabalhadora, quando havia, eram exceção.

Em realidade, o direito ao voto pelo qual militavam tanto as sufragistas inglesas, quanto as norte-americanas, não abrangia todas as classes. A luta das “emancipadas”, nesse caso, era pelo direito ao voto das mulheres proprietárias — e, portanto, em geral, brancas, casadas e/ou herdeiras. Na condição de “mulheres inteligentes e liberais”, elas já deveriam ter percebido “que se o voto é uma arma, os deserdados precisam dele mais do que a

classe econômica superior, e que esta classe já desfrutava de bastante poder em virtude da sua superioridade econômica mesma”.⁵³

Diferentemente das heroínas russas cuja linhagem Goldman reivindicava como sua, as sufragistas inglesas e norte-americanas, herdeiras das puritanas, não teriam o mínimo comprometimento com a verdadeira igualdade: “Quão pouco significa a igualdade para elas em comparação com as mulheres russas que passam pelo inferno em nome do seu ideal!”.⁵⁴ Pertencente ao que há de mais valioso na tradição revolucionária, Goldman sabia muito bem — o que não poucos de nós, habitantes dos tristes trópicos, estamos descobrindo só agora, cem anos depois, em face do supostamente disruptivo esfacelamento da democracia nessa estranha entrada na década de vinte do século XXI — que “todo milímetro a mais de direitos só foi conquistado através de lutas constantes, uma luta interminável por autoafirmação e jamais pelo sufrágio”.

Em “O camaleônico sufrágio feminino”, escrito no contexto da Primeira Grande Guerra, a denúncia às sufragistas vai além. O mal-estar não poderia ser maior. Segundo denuncia, as sufragistas inglesas, imitadas logo em seguida pelas estadunidenses, teriam oferecido como moeda de troca pelo direito ao voto (e dos cargos) o apoio até então insuspeito à entrada dos seus respectivos países na guerra — insuspeito porque a causa sufragista havia desde sempre caminhado lado a lado com movimentos pacifistas.

A coisa fica ainda mais grave quando Goldman sugere, sem grandes preâmbulos, que as sufragistas estadunidenses estariam se valendo dos seus atributos sexuais, desta vez deliberadamente, para o incremento do seu recentíssimo ativismo patriótico cujo fito urgente era promover o alistamento. O que, no mínimo, implicava a contradição de reduzir-se à condição de mercadoria sexual para, com isso, garantir os seus direitos cívicos — contradição que, em versão mais grotesca, talvez seja atualmente

53. Ver “O sufrágio feminino”, p. 124.

54. Ver p. 123.

ilustrada pelas patriotas norte-americanas excessivamente ma-lhadas e maquiadas a exibir fuzis em nome da pátria e da família.

Seja como for, provoca Goldman, a mulher reduzida, ao longo das eras, à condição de mercadoria sexual, já havia tido provas e mais provas de que não poderia convencer os homens — ao menos a maioria deles —, de absolutamente nada: “Não, não foi nenhum argumento, razão ou humanitarismo que o partido sufragista prometeu ao governo; e sim, o poder da atração sexual, o apelo vulgar, persuasivo e envolvente da mulher liberada a serviço da glória do seu país”.⁵⁵

Justa ou injustamente, a avaliação de Goldman do movimento sufragista coloca o seu leitor ante um quadro de oligofrênica confusão entre moralidade, reacionarismo, política e desejo de vanguarda; como se a mulher, nesse momento inicial, tivesse confundido as limitações a que foi submetida ao longo das eras com o ideal mesmo de poder político. Ou, nas palavras irônicas da anarquista: como se acreditasse que com a política fosse acontecer o mesmo que com ela: que bastaria “afagar a besta para que ela se tornasse tão gentil quanto um cordeiro doce e puro”.

Obviamente, a sua oposição à causa do sufrágio feminino, como trata de deixar claro, não estava em nada relacionada à compreensão cretina de que a mulher não tem capacidade psicológica ou intelectual para a façanha do *voto consciente*. A oposição é muito mais radical. O que ela combate em ambos os textos, de modo central, é a substância mesma que, então, animava a causa das feministas sufragistas: a “concepção absurda”, “de que a mulher será bem-sucedida naquilo em que o homem falhou”.

Goldman desprezava absolutamente a bandeira das sufragistas de que a mulher seria dotada de algo como o poder de *purificar* a política. Para ela, isso não passava de uma confirmação flagrante de que a feminista emancipada sufragista de ocasião continuava a se colocar no mesmo pedestal de mártir das deidades — o pedestal contra o qual o seu feminismo estaria a se opor.

55. Ver p. 206.

Eis o truísmo: se a mulher é um ser humano, ela está “sujeita a todas as loucuras e erros humanos”. E, nesse ponto, a perspicácia de Goldman não poderia ser mais afiada:

Presumir que a mulher triunfará em purificar algo que não é passível de purificação é creditar-lhe poderes sobrenaturais. Uma vez que a tragédia da mulher tem sido a de ser olhada ou como um anjo ou como um demônio, a sua verdadeira salvação reside em ser colocada sobre a terra.⁵⁶

Aí não há nada ultrapassado. Certamente, seria um exercício proveitoso imaginar o que a anarquista pensaria de nossas pautas político-eleitorais feministas de agora que, ante a escalada de um autoritarismo armado até os dentes, propõe como alternativa de luta mais louvável a votação em candidaturas de mulheres — candidaturas, hoje não raro, de mulheres oriundas das classes trabalhadoras. Anos depois, ao assumir uma postura menos bélica contra as feministas, a própria Goldman admitiu o inevitável: que a luta do feminismo não foi em vão.⁵⁷

De todo modo, após a leitura dos textos, salta aos olhos que a pauta feminista eleitoral do momento consiste, em alguma medida, numa releitura da mesma “concepção absurda” que Goldman identificou nas sufragistas. Ao se misturar e atualizar vocabulários, a pauta feminista brasileira eleitoral atual poderia ser sintetizada em algo assim: a compreensão de que um número maior de mulheres em cargos políticos será capaz de “purificar” a política da “falocracia”. Ocupação de mulheres em cargos públicos que, é inevitável ponderar, encontra a sua legitimidade inquestionável no próprio valor da representatividade e pluralidade tão caras à democracia e, quiçá, ainda que num registro outro, também ao anarquismo.

Ao se optar, porém, por fazer o exercício de imaginar o que a *suma Sacerdotisa do Anarquismo* pensaria da nossa *avant-garde antifalocrata*, talvez concluíssemos ser mesmo o caso de consi-

56. Ver “O sufrágio feminino”, p. 116.

57. Veja, nesse sentido, o artigo da presente coletânea que leva esse nome.

derar o exemplo, por ela repetidamente trazido à memória, das heroínas revolucionárias do “mais sombrio de todos os países, dado o seu despotismo absoluto, a Rússia”.

Ou ainda, o exemplo da lendária anarquista Louise Michel que lutou nas barricadas da Comuna de Paris, lutou ao longo de toda a sua vida, e a quem Goldman — que não só a conhecia, como a amava —, dedicou um dos mais comoventes escritos dispostos na coletânea.

A VERDADEIRA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

Louise Michel que possuía uma verve revolucionária tão completa a ponto de ter sido reivindicada pelos ativistas pioneiros dos direitos dos homossexuais como membro póstumo da sua comunidade; sob o argumento de que as características que compunham a sua personalidade extraordinária seriam incompatíveis com as qualidades típicas a uma mulher e, portanto, prova suficiente da sua condição de *uraniana* — termo utilizado nos Estados Unidos da época para indicar uma mulher em corpo de homem e vice-versa.

O texto “Louise Michel, uma refutação” é uma carta aberta em resposta a essa tese defendida por Karl von Levetzow no seu ensaio sobre Louise Michel, publicado logo após sua morte, em 1905. Embora Goldman demonstre grande respeito por esse intelectual e escritor, ela se vê na obrigação de se opor à sua concepção antiquada e opressiva da mulher, do que seria supostamente compatível ou não com o conceito de feminilidade naturalizado na mulher via mecanismos de tortura mais ou menos sofisticados.

Que Louise Michel não fosse, segundo Goldman, uma *uraniana*, é um detalhe. O ponto é que tanto nessa carta aberta, quanto no ensaio sobre Mary Wollstonecraft, e no texto acusatório contra o tratamento dispensado pelo regime soviético às heroínas russas, deparamo-nos com a compreensão de que as mulheres se tornam politicamente iguais aos homens não pelo voto, mas

sim através do seu maravilhoso heroísmo, da sua coragem, capacidade, força de vontade e perseverança na luta pela liberdade. Conforme postula taxativamente no seu belicoso “O camaleônico sufrágio feminino”: “Não há esperança que a mulher, com o seu direito de votar” — e aqui, poderíamos acrescentar, como tampouco com o seu direito de se candidatar e se eleger de modo proporcional aos homens —, “possa em algum momento purificar a política”. Afinal, continua do modo preciso, curto e brutal que lhe é característico:

A corrupção política não tem nada a ver com a moralidade ou com a frouxidão moral das várias personalidades políticas. Sua causa é totalmente material. A política é o reflexo do mundo empresarial e industrial, cujos lemas são: “Tomar é melhor do que dar”; “compre barato e venda caro”; “uma mão suja lava a outra”.⁵⁸

Para que haja a *nova mulher* é preciso haver também o *novo homem*. E daí que “um dos grandes erros da nova mulher ideal” seja “o de imitar o homem”.⁵⁹ Imitação sob a qual subjaz a concepção de que o homem já é, inclusive, superior à nova mulher, posto que a ascensão da mulher à condição de “nova” dependeria de, via a imitação, tornar-se igual ao homem e, portanto, “tornar-se masculina”. Isto é, tomar como seus os atributos da “masculinidade” então vigente: masculinidade que tem como elemento essencial a confusão entre liberdade e opressão no interior de suas relações mais íntimas.

Daí sua polêmica declaração de que a mulher verdadeiramente nova está mais próxima da “mãe à moda antiga”, sempre atenta ao conforto e felicidade dos seus, do que da mulher emancipada do seu tempo — e quiçá também do nosso: “o infortúnio da mulher não é o de que ela é incapaz de realizar o trabalho de um homem, mas o de que ela está desperdiçando a sua vitalidade na tentativa de superá-lo”.⁶⁰

58. Ver p. 131.

59. Ver “A nova mulher”.

60. Ver “O sufrágio feminino”, p. 127.

Numa palavra, é como se as mulheres emancipadas tivessem confundido a emancipação mesma com a condição do homem, de modo que para ser emancipada só lhe coubesse como alternativa ser igual ao homem ou até melhor do que ele. Para Goldman, porém, a ordem dos fatores altera o produto, já que o ponto que ela busca o tempo todo fundamental é o de que somente em liberdade, em todas as coisas, homens e mulheres podem ser iguais. É a liberdade o solo da igualdade, e não a imitação e conseguinte igualação àquele que oprime: “independentemente de todas as linhas que demarcam artificialmente os respectivos direitos dos homens e das mulheres, defendo que há um ponto em que todas essas diferenças podem se encontrar, de modo a se transformar em um todo perfeito”.⁶¹

Para a anarquista é preciso ser universal o suficiente para não transformar os atributos culturalmente consagrados a apenas um dos sexos, no caso o masculino, nos únicos atributos adequados a um ser humano verdadeiramente livre ou em luta pela verdadeira liberdade. Como também, por outro lado, é preciso ser universal o suficiente para não culpar um único sexo, no caso também o masculino, por toda a opressão.

Um outro grande erro, aparentemente contraditório ao de imitar o homem, é que a mulher supostamente emancipada ou em vias de emancipação tenha passado a ver no mesmo homem que imita o seu opositor, algo como o seu arqui-inimigo imemorial — o que teve como efeito tentativas deliberadas e reiteradas de bani-lo da sua vida afetiva. “Naturalmente”, o que ela disse ter sido reconhecido por Mary Wollstonecraft há mais de duzentos anos já não pode ser, para nós, mulheres do século XXI, digno de surpresa: “que o homem tem sido um tirano há tanto tempo que ele se ressentido de qualquer violação do seu domínio”.

A questão é que se a luta efetivamente se der em nome da emancipação não é possível abrir mão da convergência entre a liberdade da mulher e a liberdade do homem. Como tampouco

61. Ver “A tragédia da mulher emancipada”, p. 129.

é possível, em nome do amor, abrir mão da verdade de “que um homem profundo e sensível” não difere “de modo considerável de uma mulher profunda e sensível”; dado que ele “também busca a beleza e o amor, a harmonia e o entendimento”.

Na passagem possivelmente mais tocante a toda e qualquer mulher cuja vida consista, em maior ou menor medida, na busca e na luta pela sua liberdade e autorrealização, Goldman, com a naturalidade de uma árvore que produz fruto, oferece o conselho paradoxal da necessidade de a mulher “se emancipar da emancipação, se ela realmente deseja ser livre”. Posto que, conforme nos esclarece mais uma vez: a “emancipação, tal como entendida pela maioria dos seus seguidores e representantes, é muito estreita para deixar espaço para o amor e o êxtase sem limites”.⁶²

E uma vez que, vale repetir, não pode haver emancipação sem amor para ela — pois o amor constitui a própria substância da liberdade e vice-versa —, não há emancipação no que até aqui foi aclamado como emancipação feminina. Nesse ponto, remetamo-nos novamente à entrevista “O que há na anarquia para as mulheres?”: “Uma aliança deve ser formada [...] não como a de agora, para dar à mulher um sustento e uma casa, mas, sim, porque o amor existe, e esse estado das coisas só pode ser suscitado com uma revolução interna, em suma, com a anarquia.”⁶³

A verdadeira emancipação implica necessariamente e, em primeiro lugar, libertar-se dos “tiranos internos”. Pois a “emancipação meramente externa”, postula em “A tragédia da mulher emancipada”, “fez da mulher moderna um ser artificial, que lembra [...] qualquer coisa, exceto as formas que seriam alcançadas através da expressão de suas qualidades internas”. Para que haja a adequação entre as qualidades internas e a forma exterior — de modo a não se cair num simulacro de liberdade —, a mulher deve, em primeiro lugar, libertar-se na sua própria fonte, o elemento sexual. Ao se concentrar na “independência das tiranias

62. Ver “A tragédia da mulher emancipada”, p. 133.

63. Ver p. 78.

externas”, sem dar a devida ênfase aos “tiranos internos”, a mulher então considerada emancipada deu provas de não ter compreendido “verdadeiramente o significado da emancipação”. “A maior deficiência da emancipação de hoje”, diagnostica, “é a sua rigidez artificial e a sua respeitabilidade estrita, que criam um vazio na alma da mulher que não lhe permite beber na fonte da vida”.⁶⁴

Conforme colocado no início dessa introdução, a consequência da redução da mulher à condição de mercadoria sexual que, por sua vez, tem como causa originária a repressão sexual, não é particular ou accidental, antes o contrário: reatualizada (ainda que supostamente atenuada) ao longo das eras, passou a dizer respeito ao seu “espírito”. Em diversos dos textos que se seguem, de modo mais ou menos direto, há a sugestão de que essa *impotência* e mutilação na capacidade de satisfação erótica usual à condição feminina — seja na figura da esposa ou da solteirona (no caso da prostituta, devido à variabilidade sexual concernente à profissão, estaria em relativa vantagem ao menos neste aspecto) — terminou por dar origem a certa espécie de ressentimento, como se tipicamente feminino, como se uma espécie de efeito colateral necessário à essência da *respeitabilidade* da mulher:

A instituição casamento transforma a mulher num parasita, num ser absolutamente dependente. Incapacita-a para a luta pela vida, aniquila a sua consciência social, paralisa a sua imaginação, e depois impõe a sua proteção benevolente, que na realidade é uma armadilha, uma paródia do real caráter humano.⁶⁵

Na medida em que a atividade sexual é algo que diz respeito à personalidade como um todo, em que se constitui como a fonte mesma da criação, alegria, sociabilidade e amor, nada mais natural que ante a “repressão sexual levada a cabo por um longo período de anos”, a consequência fosse a transformação do “real caráter humano” numa “paródia”. Ou ainda, segundo suas observações no esboço intitulado “O elemento sexual da vida”: “a con-

64. Ver p. 138.

65. Ver “Casamento e amor”, p. 148.

tenção de um desejo tão instintivo não pode ser bem-sucedida numa pessoa normal sem consequências diretas na sua saúde”; quando não “uma desordem mental completa”, “todo tipo de distúrbio mental e físico” pode vir a resultar da repressão. Daí aos demais animais estarem completamente livres dos distúrbios nervosos que tanto nos dominam, quanto impelem as nossas mais desastrosas ações.

Segundo Emma Goldman, a mulher verdadeiramente emancipada, mais do que uma intelectual ou artista, é uma mulher ardente. A autorrealização jamais poderia dizer respeito exclusivamente à esfera profissional, posto que há a dimensão natural e afetiva que, acima de tudo, constitui a vida no seu sentido mais próprio. Sob a perspectiva oferecida pela anarquista, o conhecimento está subordinado à vida e não o contrário. Como mencionado anteriormente, em inúmeras passagens, encontramos a sugestão de que o desenvolvimento intelectual e artístico simplesmente não pode prescindir da vivência e entrega às paixões e à sensualidade. É verdade que em “O elemento sexual da vida”, uma Goldman já na casa dos sessenta anos admitirá que o exercício da criatividade, em muitos casos, é suficiente para transfigurar, via a sublimação, o gozo propriamente dito, o ponto culminante da autorrealização passível de ser atingida pelo corpo: “A liberação não sexual de energia, algumas vezes, é suficiente para compensar as necessidades fundamentais do desejo sexual e, ainda, para transmutá-las em autossatisfação e formas úteis de expressão”.

De todo modo, isso não significa que o instinto criativo deva ser visto como uma espécie de *antídoto* contra o instinto sexual — até porque, segundo ela, trata-se essencialmente da mesma força.

Seja como for, boa parte das mulheres exemplares invocadas, rememoradas e homenageadas nas páginas que se seguem, tiveram a sua biografia marcada, segundo o relato de Goldman, pelo desenvolvimento do seu talento criativo — quer nas artes, na militância política, ciências ou humanidades —; mas também pela ânsia eternamente frustrada de realização da sua sensualidade

e afetividade nos braços do amor. Ainda hoje, no caso da mulher, a possibilidade de uma autorrealização sensível e intelectual, profissional e afetiva, é uma rara possibilidade, quando comparada com a de um homem — que também, de todo modo, é rara. “Quão maior seja o desenvolvimento mental de uma mulher”, postula mais uma vez em “A tragédia da mulher emancipada”, “menor a possibilidade de que ela venha a encontrar um companheiro”. Em outras palavras, a certas mulheres de *mentalidade extraordinária*, aquelas admiradas por Goldman, é tanto impossível ter como companheiro um homem que veja nela nada além de um mero *sexo*, desprovido de personalidade e profundidade; como igualmente é-lhe um companheiro impossível, aquele que para além da sua intelectualidade e do seu gênio, falha em despertar a sua natureza de mulher, o seu desejo sexual.

Mary Wollstonecraft, dada a riqueza e idealidade mesma do seu ser, teria encontrado nessa contradição a sua fatalidade: “Vida sem amor para um caráter como o de Mary é inconcebível, e foi a sua busca e ânsia pelo amor que a lançou contra as rochas da inconsistência e do desespero”.

E nesse ponto vale lembrar ainda o que escreveu no seu ensaio sobre Louise Michel, ao explicar o porquê de ela escolher viver entre amigas mulheres, apesar de não ser homossexual. Embora a passagem seja longa, vale a pena citá-la na sua integralidade; é sempre uma esperança digna a de que um homem sensível possa finalmente brotar do eterno Adão:

A razão para isso, no caso das mulheres, é que elas encontram uma compreensão mais profunda entre os membros do seu sexo do que com os homens do seu tempo. O problema é que o homem moderno ainda se assemelha demais ao seu antepassado Adão, não diferindo muito, na sua atitude em relação à mulher, de um homem mediano qualquer. Por outro lado, a mulher moderna já não se satisfaz com um homem que seja tão somente seu amante; ela quer compreensão, camaradagem, quer ser tratada como um ser humano, e não como um objeto de gratificação sexual. Uma vez que ela nem sempre pode encontrar isso no homem, ela se volta para suas irmãs. É precisamente

porque não há o elemento sexual entre elas que podem compreender melhor uma a outra. Em outras palavras, ao invés de se sentir atraída por suas amigas mulheres devido a tendências homossexuais, Louise se atraía por elas justamente porque era uma mulher e precisava da companhia de mulheres.⁶⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a luz dessa leitura *econômica* da espiritualidade supostamente ideal a uma mulher da primeira metade do século xx — a de ser jovem e dócil como um cordeiro pronta para ter abatida a sua personalidade —, é curioso pensar na atualidade com os seus infinitos recursos artificiais e intervenções cirúrgicas que trazem a promessa de uma eterna aparência de juventude assomada a um formato de corpo sexualmente desejável; promessas cuja realização é, mesmo hoje, mais urgente aos corpos femininos.

A pergunta que se impõe, a partir dessa perspectiva trazida por Goldman, e da qual talvez não seja desejável escapar, é sobre até que ponto nós, mulheres, superamos e até que ponto nos afo-gamos ainda mais nessa condição de mercadoria sexual. Mesmo que seja o caso de considerarmos que, atualmente, temos, por suposto, a opção de ser uma mercadoria sexual, por assim dizer, financeiramente emancipada e sexualmente *livre* — a liberdade talvez tenha de estar aí, nesse caso, sempre entre aspas, até porque, segundo um número considerável de pesquisas mais do que atuais, o orgasmo é, em geral, desconhecido para algo em torno de 50% das mulheres. Que haja liberdade sexual que não venha acompanhada de orgasmo é, convenhamos, algo no mínimo incongruente e, por certo, incompleto e insatisfatório. Embora seja um tanto triste admitir, a pergunta que fica é sobre até que ponto Mary Wollstonecraft estaria ainda hoje certa, ao enfatizar, segundo o relato de Goldman, que “a própria mulher é um obstáculo ao progresso humano, porque insiste em ser um objeto sexual ao invés de uma personalidade, uma força criativa na vida”.

66. Ver p. 220.

Também parece ser uma herança dessa condição de mera mercadoria sexual que, ainda hoje, cause certa estranheza que mulheres *de certa idade* se relacionem com homens mais jovens ou que mulheres pertencentes a esferas sociais e econômicas mais altas relacionem-se com homens pertencentes a esferas sociais e econômicas mais baixas, o que, especialmente no caso de um país como o nosso, envolve a questão da raça. Talvez não seja exagero dizer que apesar das tantas e tão radicais mudanças ocorridas, nas últimas décadas, no campo da moral sexual e da compreensão da questão do gênero, é como se o amor ainda não se encaixasse muito bem nas relações entre homens mais jovens, menos ricos e escolarizados e mulheres mais velhas, mais ricas e escolarizadas.

Embora o mesmo não possa ser dito no caso oposto — a relação erótica entre professores universitários e suas alunas, por exemplo, praticamente uma instituição (silenciosa) erigida nos bastidores das instituições de ensino superior, parece ser prova disso. Por maiores e mais radicais que tenham sido as desconstruções e novas construções de gênero, a mulher continua a ser o sexo associado a alguma espécie de amor universal e incondicional que é, por sua vez, um desdobramento afetivo da sua condição de mercadoria sexual — e, portanto, não o amor universal e incondicional mesmo. Afinal, apesar desse amor do qual a mulher seria supostamente o reservatório, ela continua a possuir, ao menos sob o ponto de vista da *heteronormatividade* (para utilizar aqui um termo a nós contemporâneo), um leque por demais restrito de sujeitos dignos do seu amor presumidamente inato.

E, como disse Nietzsche, citando os Vedas: “Há muitas auroras que não brilharam ainda.”

Sobre anarquismo, sexo e casamento

